



FICHA TÉCNICA

Presidente 2008

Prefeito João Avamileno

Conselho de Municípios

Prefeito João Avamileno
Santo André

Prefeito William Dib
São Bernardo do Campo

Prefeito José Auricchio Júnior
São Caetano do Sul

Prefeito José de Filippi Júnior
Diadema

Prefeito Leonel Damo
Mauá

Prefeito Clóvis Volpi
Ribeirão Pires

Prefeito Adler Teixeira - Kiko
Rio Grande da Serra



Coordenação Executiva da Câmara do Grande ABC (1997)

ADLER ALFREDO JARDIM TEIXEIRA
Prefeito do Município de Rio Grande da Serra

CICERO FIRMINO DA SILVA
Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André

CLÓVIS VOLPI
Prefeito do Município de Ribeirão Pires

EDISON CARLOS
Gerente Relações Institucionais da Empresa Solvay

JOÃO AVAMILENO
Prefeito do Município de Santo André

JOSÉ AURICCHIO JÚNIOR
Prefeito do Município de São Caetano do Sul

JOSÉ DE FILIPPI JÚNIOR
Prefeito do Município de Diadema

LEONEL DAMO
Prefeito do Município de Mauá

MARIA HELENA MUSACHIO
Presidente do Fórum da Cidadania do Grande ABC

MARIA RITA SERRANO
Presidente do Sindicato dos Bancários do ABC

NIVIO ROQUE
Diretor Industrial da Empresa UNIPAR

MARCOS BIGUCCI
Diretor da Associação dos Construtores/Imobiliárias/Administradoras do Grande ABC

WILLIAM DIB
Prefeito do Município de São Bernardo do Campo



Esse Caderno Técnico foi elaborado pela equipe responsável pela organização do
Planejamento Regional Estratégico 2008.

Coordenação Geral:

David Gomes de Souza
Assessor Executivo da Presidência

Coordenação Executiva:

Regina Célia dos Reis
Coordenadora de Projetos

Mobilização:

Marília Bianchini Conde

Assessoria de Comunicação:

Thiago Krauss

Programação e identidade visual:

Carlos Guidetti

Tecnologia de Informação

Ricardo Jacomini

Execução:

Quanta Consultoria e Projetos Ltda.

Sinoel Batista
Marcelo Peron Pereira



Apresentação

O contexto regional e nossa identidade em cooperação trouxeram uma série de avanços na institucionalidade regional, não por acaso somos referência neste tema. Dando continuidade a nossa vocação apresento este caderno técnico do Planejamento Regional Estratégico 2008.

Nesses 18 anos plenos de experiências, o Consórcio Intermunicipal foi consolidando o estágio de maturidade que atinge agora. Consideramos que este é um importante momento para reflexão, avaliação e, principalmente, de ação. É preciso ressaltar nossas conquistas, demarcar nossas prioridades e pensarmos projetos para o futuro.

Nosso trabalho não pode se desvincular da articulação junto aos atores econômicos e sociais de nossa região, cujo diálogo constitui uma via fundamental rumo ao desenvolvimento. Devemos ser atenciosos aos anseios da sociedade, pois se ela nos cobra ações imediatas é porque pode sentir a urgência por essas ações.

Estamos iniciando um processo de repactuação do Planejamento Regional Estratégico de 2000 com a leitura do quadro atual como subsídio para atividades de avaliação e orientação de políticas, com vistas a um “cenário futuro desejado”. Este material norteará a continuidade das discussões em torno de um projeto sistêmico de desenvolvimento regional.

Portanto o presente material apresenta um breve histórico das ações regionais, o contexto, objetivos e metodologia das atividades de planejamento de 2008 e, finalmente, a síntese das respostas obtidas através da consulta realizada junto às instituições representantes da sociedade civil.

Esperamos que estas atividades, bem como a realização do Seminário de Planejamento Regional Estratégico do Grande ABC – 2008 para sistematização das propostas e eleição das prioridades, seja apenas o início de uma série de ações afirmativas em favor do fortalecimento das políticas de desenvolvimento econômico e social do Grande ABC.

JOÃO AVAMILENO

Prefeito do Município de Santo André
Presidente do Consórcio Intermunicipal Grande ABC
Coordenador da Câmara do Grande ABC



SUMÁRIO:

- 1 Introdução e histórico do Consórcio Intermunicipal
- 2 A dinâmica econômica das décadas de 1980-90 e seu enfrentamento pela prática da articulação regional e do planejamento regional
- 3 Objetivo do Planejamento Regional Estratégico 2008
 - 3.1 Carta de Mobilização
 - 3.2 Metodologia adotada na organização da atividade e evento
 - 3.3 Público mobilizado,
 - 3.3.1 Por cidades
 - 3.3.2 Por segmentos
- 4 Programação
- 5 Metodologia e síntese de tabulação das respostas do questionário
 - 5.1 Metodologia adotada na tabulação dos dados
 - 5.2 Apresentação e síntese das respostas do questionário
- 6 Resultados do Seminário Planejamento Regional Estratégico (2008)
- 7 Anexo I - Notas taquigráficas do evento ocorrido em 04 de abril de 2008



1 - Introdução e histórico do Consórcio

Desde 1990, a Região do Grande ABC vem implementando ações regionais com o propósito de buscar saídas para os sérios problemas que atingem os municípios da porção sudeste da Região Metropolitana de São Paulo. Do esforço e trabalho conjuntos instituiu-se o **Consórcio Intermunicipal das Bacias do Alto Tamanduateí e Billings**, neste Caderno Técnico denominado **Consórcio Intermunicipal Grande ABC**, associação civil de direito privado formado pela associação dos sete municípios do Grande ABC (Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul), com sede no município de Santo André. Atua como órgão articulador de políticas públicas setoriais, utilizando-se prioritariamente de recursos próprios das municipalidades.

Compreendendo a importância e necessidade de integração da atuação do poder público (Governos locais e Governo Estadual e Poder Legislativo), bem como participação da sociedade civil organizada (sindicatos de trabalhadores, empresários, Organizações não Governamentais) nasceu em **1997**, a **Câmara do Grande ABC**, constituindo-se num amplo fórum de debates e de acordos regionais. A Câmara do Grande ABC, devido à sua natureza, não possui personalidade jurídica própria, o dinamismo de sua atuação, de outra parte, deriva da organização sob a forma de Grupos Temáticos, que garantem um caráter aberto e participativo aos debates que mobilizam a população da região.

Com a ampliação das discussões temáticas, em especial na área econômica, constituiu-se em 1998, a **Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC**, visando otimizar os trabalhos da Câmara do Grande ABC para promover o desenvolvimento econômico sustentável regional. Trata-se de uma organização não governamental (ONG) mista, composta pela associação das sete prefeituras, empresas, entidades empresariais (industriais e comerciais), sindicatos de trabalhadores e universidades.

Como consequência desta articulação regional, o **Consórcio Intermunicipal** tem atuado desde 1999, como braço executivo da Câmara do Grande ABC, através de sua estrutura técnica, administrativa e política, caracterizando-se como fórum de discussão para definição, elaboração, execução e acompanhamento de projetos conjuntos entre os sete municípios da região.

Visando efetivar um cenário futuro desejado, o Grande ABC vem se tornando protagonista de uma nova forma de se fazer política, em resposta inclusive à ineficiência, esvaziamento ou mesmo ausência de entidades de gestão metropolitana. Desde o ano de 2000, tal trabalho está consolidado em um processo dinâmico de **Planejamento Regional Estratégico**, que estabeleceu uma organização temática dos programas e ações em sete Eixos Estruturantes, que orientam as ações regionais.

Os eixos estruturantes são: Educação e Tecnologia; Sustentabilidade das Áreas de Mananciais; Acessibilidade e Infra-estrutura; Diversificação e Fortalecimentos das Cadeias Produtivas; Ambiente Urbano de Qualidade; Identidade Regional e Estruturas Institucionais; Inclusão Social. Articulados a esse processo regional de planejamento o Grande ABC acompanha atualmente o andamento de cerca de cinquenta e cinco acordos, assinados pelo Conselho Deliberativo da Câmara do Grande ABC nessas várias áreas de atuação.

Os planos, projetos e ações realizados ou em andamento, estritamente de interesse regional, podem variar quanto ao número de parceiros envolvidos, ou seja, não necessariamente deles participam os sete municípios, mas sempre é respeitada a autonomia administrativa e política de cada um, bem como são observados e cumpridos os pressupostos



de responsabilidade das diversas esferas de poder do setor público. As formas de gestão, captação de recursos e implementação dos projetos são diferenciadas, de grande flexibilidade, incorporando as especificidades das próprias instituições ou políticas setoriais envolvidas.

Mais recentemente, aproveitando-se do empenho do Governo Federal em promover o desenvolvimento em bases sustentáveis e fortalecer o pacto federativo, o Consórcio Intermunicipal Grande ABC apresentou uma relação com oito ações prioritárias ao Presidente Lula, destacando-se a necessidade do reconhecimento institucional dos Consórcios e da possibilidade de sua regulamentação como instituição de direito público, conforme determina o artigo 247 da Constituição Federal de 1988.

Nesse aspecto em particular é preciso salientar que a Lei Federal 11.107, de 06 de abril de 2005, que regulamenta o dispositivo constitucional mencionado – em boa medida inspirada pelas demandas do Consórcio -, consiste em importante contribuição para o arranjo institucional de todas as entidades da mesma espécie no Brasil. Não se deve desprezar, ainda, que a adequada institucionalização dos consórcios públicos implica em mais um passo significativo, no fortalecimento de uma instância intermediária entre o nível estritamente local e o estadual, oferecendo-se como instrumento fundamental para se articular políticas públicas entre aqueles dois níveis, sendo particularmente promissor, quando tal arranjo ocorre no espaço das grandes metrópoles.

De todo modo as realizações do consórcio ao longo do tempo foram inúmeras e altamente qualificadas, sendo que elas se encontram devidamente enumeradas na Carta de Mobilização, que corresponde ao item 3.1.



2 – A dinâmica econômica das décadas de 1980-90 e seu enfrentamento pela prática da articulação e do planejamento regional¹

O GABC é uma importante região industrial localizada no sudeste da Região Metropolitana de São Paulo. Seu produto interno bruto representa 2.43% do PIB nacional. A participação na atividade industrial da Região Metropolitana de São Paulo é de 22.8%, no Estado de São Paulo de 13.8% e no Brasil 7.0%².

Nas últimas décadas a região atraiu interesse de vários pesquisadores³. Estudos sociológicos destacaram as novas formas de organização operária, principalmente dos empregados nas grandes indústrias⁴; o papel das lideranças sindicais; os novos mecanismos de representação dos trabalhadores; e a participação popular nas diversas formas de manifestação.

No final da década de 70, principalmente a partir dos movimentos grevistas dos trabalhadores das grandes empresas do setor automotivo desta região, constituiu-se no Brasil o chamado Novo Sindicalismo⁵. Inegavelmente o GABC faz parte da história moderna do país, sendo que o processo de redemocratização da política brasileira teve início a partir da mobilização empreendida pelas organizações operárias e populares nesta região.

Num breve período, contudo, o GABC passaria por grandes mudanças decorrentes dos impactos provenientes das transformações econômicas mundiais⁶. O processo de reestruturação produtiva e as grandes inovações tecnológicas, revolução das telecomunicações, ou seja, alterações associadas ao surgimento da globalização, resultaram aumento do índice de desemprego e, conseqüentemente, da exclusão social no mundo todo. Apesar do crescimento da economia regional na média anual de 17,5% entre 1965 e 1975, na década de 80 a crise do sistema *fordista* de produção acarretou um processo de desconcentração das indústrias instaladas com quedas da economia.

¹ REIS, Regina Célia dos. *Articulação Política Regional: A experiência do Grande ABC (1990-2005)*. Tese de Doutorado apresentada à PUC-SP, em novembro de 2005 – não publicada. Este segmento é no essencial um excerto da tese de doutorado sob referência, com adaptações para os propósitos e limitações deste Caderno Técnico. Da mesma autora recomendamos a leitura do artigo *Novas experiências de articulação política no Grande ABC paulista in Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios. Comparações entre o ABC paulista e o sul fluminense*. RODRIGUES, Iran Jácome; RAMALHO, José Ricardo (orgs). São Paulo: Annablume, 2007.

² Fonte: PIM (Pesquisa Industrial Mensal) IBGE; SEADE/PAEP 1996.

³ Dentre eles destacam-se os estudos de: MARICATO (1977); IANNI (1980); ABRAMO (1986); ANTUNES (1988); SADER (1986); RODRIGUES (1990); BOITO (1991); KECK (1991); SIMÕES (1992) e MARTINS (1994).

⁴ LEITE M. P. (2003: p.167) analisa que o desenvolvimento da região “remonta ao início do processo de industrialização do estado de São Paulo, tendo se constituído num importante espaço industrial desde a primeira metade do século XX, como resultado da expansão da indústria paulista ao longo do eixo da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, graças a sua localização privilegiada entre a capital e o porto de Santos. Foi, contudo, a implementação do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek, na segunda metade dos anos 1950, que deu à região o perfil de cinturão industrial da Grande São Paulo. Com efeito, foi a partir daí que, aproveitando-se das vantagens *locacionais* então disponíveis (proximidade do mercado consumidor, facilidade de acesso ao porto de Santos, abundância de terra e mão-de-obra), se instalou na região o parque industrial automotivo, entre muitas outras atividades econômicas que vinham dinamizar a industrialização precedente, as quais foram seguidas pouco mais de uma década depois pela instalação do pólo petroquímico de Capuava”.

⁵ “O movimento grevista iniciado em 1978 em São Paulo deixou traços profundos no cenário político brasileiro. A retomada da iniciativa dos trabalhadores no final da década de 70, depois de 14 anos sufocados pelo autoritarismo militar, significou a entrada na cena pública de amplas camadas trabalhadoras que desde 1964 não conseguiam se fazer ouvir na sociedade brasileira.” RODRIGUES, I. J. (1999: p. 74).

⁶ Dentre a vasta bibliografia existente sobre o processo de globalização, esta pesquisa procura destacar apenas os aspectos referentes às mudanças para a organização do mundo do trabalho. Portanto, para uma análise completa seria necessário mencionar, entre outros, também IANNI (1994/2000); SANTOS (1994); SANTOS (2000).



Importante pólo industrial do país, a região entrou numa profunda crise econômica e, conseqüentemente, agravamento dos conflitos sociais. Um fator de destaque nesse processo foi o decréscimo da taxa de investimento da economia nos anos 80 e início da década de 90. Entre 1980 e 1992, a indústria de transformação teve sua produção reduzida em cerca de 8%.⁷ Conseqüentemente, o aumento do desemprego e a desregulamentação das relações de trabalho levaram à retração da organização sindical no GABC. O processo de evasão industrial em função do aprofundamento da reestruturação produtiva levou a redução do emprego em torno de 35% na região⁸.

Além disso, o processo de descentralização política acentuou ainda mais os problemas de organização dos Estados e Municípios brasileiros. Neste contexto, vislumbrou-se uma tendência à formação de novos arranjos institucionais de integração horizontal que, particularmente no caso do GABC, envolveu também a atuação do poder público e demais setores da sociedade civil.

A partir do final dos anos 90, intensificam-se as discussões em torno de ações articuladas com objetivo de encontrar alternativas para a recuperação da economia regional. Com isso, ampliam-se as ações de fortalecimento da política local, envolvendo segmentos do poder público e da sociedade civil, constituindo-se aspectos de uma nova identidade regional.

No âmbito do poder local, surgem iniciativas inovadoras, como por exemplo, a implantação de políticas públicas de geração de trabalho e renda e ações de inclusão social, na tentativa de minimizar os impactos negativos da globalização, associada ao processo de inovação tecnológica e reestruturação produtiva, para a economia regional. Alguns governos municipais passaram a desenvolver novas formas de administração das cidades sob a lógica da diminuição dos conflitos e desigualdades sociais. O resultado foi ampliação do atendimento e da qualidade dos serviços prestados, sobretudo, na área de educação, saúde, moradia e desenvolvimento urbano com preservação do meio ambiente.

A partir de uma concepção estratégica e dialética de central-local Celso Daniel⁹ considerava necessário definir uma nova agenda associada ao desenvolvimento econômico, urbano e ambiental, com inclusão social. Na década de 90, uma importante iniciativa foi a criação das secretarias municipais de desenvolvimento econômico, com objetivo de investir em políticas de indução da atividade econômica por meio de programas de geração de novos empregos e ocupações, tais como: fomento e incentivo às micro e pequenas empresas, cooperativismo, economia solidária; acesso ao micro créditos, como o programa do banco do povo; e também ações voltadas à qualificação profissional, renda mínima e bolsa escola, entre outras.

O Início de um Novo Tempo

⁷ A Atividade Econômica nos Anos 90 no Grande ABC – Terceira análise dos resultados da PAEP/ABC, Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, 2002.

⁸ MONTAGNER e BRANDÃO (1998) analisam a evolução do desemprego na Grande São Paulo no período 1990-95, utilizando informações captadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego. A combinação de fatores de mercado, de caráter conjuntural e estrutural, e os determinantes individuais/ familiares revestem a ampliação do desemprego e seu atual patamar de significado diverso de períodos anteriores. Após sua tendência decrescente, na década de 80, o desemprego se elevou a partir de 1990, conformando um contingente expressivo da população ocupada. Após alcançar seu ponto máximo em 1992, esta taxa adquiriu trajetória declinante, atingindo, em 1995, 13,2% da PEA.

⁹ Celso Daniel foi Prefeito do Município de Santo André dos períodos de 1989 a 1992; 1997 a 2000 e de 2001 até janeiro de 2002. Também exerceu cargo de Professor de Administração da FGV e de Economia da PUC/SP.



A experiência de *regionalidade* do GABC se desenvolveu em condições bastante específicas, se realizou no contexto de relações sociais previamente estabelecidas fruto da capacidade de organização da sociedade civil e da prática compartilhada de novas relações de cooperação na esfera do poder público.

As condições sócio-econômicas desfavoráveis, intensificadas na década de 90, favoreceram a elaboração de um projeto político regional em torno de propostas e objetivos comuns, em certa medida, acima das divergências político-partidárias e dos diferentes interesses e tensões existentes entre as esferas do poder público, setor privado e da sociedade civil. Assim, teve início no GABC a constituição de arranjos institucionais como o Consórcio Intermunicipal, Câmara Regional e Agência de Desenvolvimento Econômico, de modo que as experiências bem sucedidas do poder público local puderam evoluir para além dos limites da esfera municipal. O diagnóstico sobre as conseqüências das transformações macroeconômicas sobre a economia local indicava, portanto, a necessidade de encontrar alternativas para a crise social decorrente, sobretudo, da evasão industrial e da diminuição dos postos de trabalho.

A ação política exigiu o princípio da racionalidade para alcançar um determinado projeto político, utilizando-se dos instrumentos de um planejamento regional estratégico. A percepção de uma situação de conflitos, tensões, instabilidades e de mudanças, permitiu o desdobramento da própria política e a transição para um período de grandes transformações e inovações presentes nas relações políticas institucionais na região.

Em 1990, foi criado o primeiro arranjo institucional de caráter regional envolvendo a participação dos sete municípios, o Consórcio Intermunicipal GABC. Diferentemente da maioria dos consórcios públicos no país, originou-se em meio a concepções mais amplas de integração regional.

O processo de descentralização política que se seguiu, após a formulação da nova Constituição de 1988, fragilizou os governos locais, colaborando com a guerra econômica entre estados e municípios. Além disso, a ausência de uma política eficiente de organização da região metropolitana do Estado de São Paulo resultou em expressiva diminuição dos recursos financeiros para implantação dos principais projetos de interesse das regiões.

Assim, experiências desenvolvidas a partir do estabelecimento de relações políticas de caráter intermunicipais surgiram como formas alternativas de recuperação política e econômica de regiões fortemente atingidas pelas transformações das últimas décadas. Neste contexto, os consórcios temáticos começaram a se constituir, com o propósito de resolver problemas regionais específicos, tais como: de saúde, transportes, tratamento de lixo, recuperação ambiental, entre outros.

Desde os primeiros anos, o Consórcio Intermunicipal GABC atuou como órgão articulador de políticas públicas integradas e multisetoriais, mediante atuação de grupos temáticos formados por técnicos das sete prefeituras, utilizando-se de recursos próprios das municipalidades como também de outras fontes de financiamento. Após dezoito anos verifica-se que a existência deste instrumento institucional foi determinante para a atuação conjunta dos prefeitos em torno de uma política regional como forma mais eficiente para a solução dos principais problemas regionais, contrariamente à atuação individual de cada um dos sete municípios.

3 - Objetivo do Planejamento Regional Estratégico 2008



Ainda que a lógica com que operam a Câmara do Grande ABC, o Consórcio e a Agência de Desenvolvimento Econômico não tenham se alterado ao longo do tempo, o que significa dizer que preservaram a natureza participativa que originou as entidades, o Planejamento havido em 2000 demandava uma releitura, com o conseqüente esforço de repactuação de suas diretrizes e metas.

Essas ações, à sua vez, constituem o centro das iniciativas tomadas pelo Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, que estão consubstanciadas em uma pesquisa junto a entidades da sociedade civil e agentes políticos, para eleição de prioridades de curto, médio e longo prazos, as quais, uma vez identificadas, serão submetidas a uma dinâmica de debates e pactuação, que se processará a partir de um seminário, a se realizar no dia 04 de abril de 2008.

O ato inaugural dessas iniciativas encontra-se no documento abaixo, que conclamava a sociedade civil a participar ativamente do processo de revisão do Planejamento Regional Estratégico de 2000, definindo a agenda dos trabalhos.

3.1 – Carta de Mobilização

Prezado(a) Senhor(a),

Em dezembro deste ano de 2008, o Consórcio Intermunicipal Grande ABC completará 18 anos de existência. Ao fim deste período diversas ações terão sido empreendidas, reunindo em um esforço comum os sete municípios e instituições representativas da sociedade civil de sua base territorial, além dos governos estadual e federal. A meta maior, desde sempre, consiste em atuar em favor do desenvolvimento econômico e social sustentável da região e de sua população.

A ação integrada do poder público e da sociedade civil organizada (sindicatos de trabalhadores e patronais, empresários, organizações não governamentais, dentre outras) ganhou efetividade, à sua vez, com a criação da Câmara do Grande ABC em 1997.

Dentro desse contexto de cooperação, tanto regional quanto inter-governamental, o Consórcio Intermunicipal, que tem como principal missão articular as políticas públicas setoriais, conseguiu realizar, em parceria com o governo do Estado, projetos como o Plano de Macrodrenagem (piscinões – 18 concluídos e 2 em construção), Hospital Regional Mário Covas e Hospital Regional Serraria, o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos, o Movimento Criança Prioridade 1 (voltado à proteção dos direitos de crianças e adolescentes), o Projeto Casa Abrigo Regional (programa de atendimento às mulheres vítimas de violência), políticas públicas de atenção às pessoas com deficiência, ações de fortalecimento da segurança pública, discussões em torno da implantação do Trecho Sul do Rodoanel, entre outros.

Seguiu-se em 1998 a criação da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, que tem se demonstrado fundamental para otimização dos trabalhos com vistas ao desenvolvimento econômico sustentável regional. Em suas atividades destacam-se os diagnósticos sobre a evolução da economia regional, que apontaram novas vocações, que foram estimuladas através do fomento às micro e pequenas empresas, por meio da instalação de incubadoras e desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais.



Nos últimos anos, vários convênios foram celebrados em parceria com o Governo federal, sendo importante mencionar, adicionalmente, que os prefeitos da região obtiveram sucesso ao articular as medidas necessárias à expansão do Pólo Petroquímico, criação e instalação da Universidade Federal do ABC, liberação de recursos para as obras do Coletor Tronco, implantação do Posto do BNDES na região, e aprovação da lei de consórcios públicos, itens estes prioritários, que constavam da Carta do Grande ABC, entregue ao Governo federal em 2003.

Outra realização de grande importância consistiu na elaboração do Planejamento Regional Estratégico no ano de 2000, que formalizou e materializou um instrumento de grande importância para a gestão regional. Já naquela oportunidade – como também neste momento – a metodologia aplicada previa como elemento essencial a intensa interação com entidades da sociedade civil organizada.

Para que se possa fazer a devida ideia dos níveis de participação envolvidos no processo é importante recordar que o Planejamento regional estratégico contou com a participação direta de mais de 300 pessoas, representando executivos e legislativos municipais, governo do Estado e sociedade civil organizada, que se fez presente através de mais de 100 entidades.

As definições emanadas do Planejamento Estratégico orientaram as distintas políticas públicas, no âmbito de competência local, com vistas a um “cenário futuro desejado”, a partir do qual se procurou definir os termos de um projeto sistêmico de desenvolvimento local. O horizonte de planejamento compreendia dez anos, tendo delineado 40 Programas, 134 Subprogramas e 298 Ações Estratégicas, aglutinados cada qual em 07 grupos temáticos chamados Eixos Estruturantes, seus respectivos Grupos e Subgrupos Temáticos, a saber:

EE - EIXOS ESTRUTURANTES

EE1 - Educação e Tecnologia

GT Educação

EE2 - Sustentabilidade das Áreas de Mananciais

GT Meio Ambiente

EE3 - Acessibilidade e Infra-estrutura

GT Logística Regional

SGT Uso do solo/zonamento

GT Macrodrenagem

EE4 - Diversificação e Fortalecimentos das Cadeias Produtivas

GT Petroquímico/Plástico



GT Turismo Regional

EE5 - Ambiente Urbano de Qualidade

GT Desenvolvimento Urbano

EE6 - Identidade Regional e Estruturas Institucionais

GT Política Tributária

GT Modernização Administrativa

EE7 - Inclusão Social

GT Saúde

GT Pessoa com Deficiência

GT Movimento Regional Criança Prioridade 1

GT Segurança Pública

GT Esporte

GT Juventude

GT Trabalho e Renda

GT Gênero e Raça

Subgrupo Casa Abrigo Regional (atendimento às mulheres vítimas de violência)

Com base nesse histórico o futuro da região vem sendo construído desde o ano de 2000. Exatamente por isso, ou seja, porque se trata aqui de vitórias que se efetivaram como produto de ações coletivas e participativas, que se busca, uma vez mais, congregando os protagonistas de um verdadeiro projeto de desenvolvimento sistêmico regional, para colocar em questão o seu esteio de prioridades. Não se trata, evidentemente, de se refundar o planejamento havido em 2000, mas de repactuar-lo, de modo a que seus termos continuem a representar as aspirações legítimas da população da região do Grande ABC.

Nos termos dessa repactuação do planejamento, cabe ao Consórcio evoluir na articulação dos atores econômicos e sociais, dar continuidade aos projetos em desenvolvimento e fomentar novas ações na área de políticas públicas para a juventude, atendimento às crianças e adolescentes, qualificação profissional e oportunidades de trabalho para jovens em situação de primeiro emprego, fortalecimento da educação, cultura, esportes, igualdade de gênero e raça, direitos das pessoas com deficiência. Elaborar o Plano Regional de Desenvolvimento Turístico, identificar alternativas para a solução dos gargalos nas alças de acesso do Rodoanel, mediante a rearticulação do GT Logística Regional. Organizar um sistema regional de



informações para subsidiar as tomadas de decisões, através da manutenção de dados atualizados, necessários à sustentação das atividades do planejamento.

Para que tal meta possa ser configurada o Consórcio desenvolveu uma estratégia, que tem como elementos essenciais o encaminhamento de um pequeno questionário, visando identificar as ações prioritárias apontadas por entidades representantes da sociedade civil organizada (encartado com essa correspondência), que será seguido por uma oficina, onde as prioridades inventariadas serão apresentadas, defendidas e debatidas. O cronograma dos trabalhos, à sua vez, é o que se segue.

11/03 – Envio da correspondência e questionário, via e-mail, e disponibilidade do mesmo no site do Consórcio Intermunicipal www.consorcioabc.org.br;

12/03 - Envio da correspondência e questionário impressos, via correio;

17/03 – Disponibilidade para respostas do questionário via on-line através do site do Consórcio Intermunicipal;

25/03 – Prazo máximo para retorno das sugestões;

04/04 – Encontro de sistematização das propostas e eleição das prioridades

Local: Av. Ramiro Colleoni, 110 - SENAC de Santo André

Horário: 9h00 às 13h00

Contudo, contamos com a colaboração no envio das respostas a este questionário (anexo) e contamos com a participação desta instituição no encontro que se realizará no dia 04 de abril, conforme cronograma acima mencionado. Para maiores esclarecimentos, bem como inscrições para o Encontro de Sistematização, favor entrar em contato com Marília Bianchini, através do tel. 4992-3011 ou por meio do endereço eletrônico planejamento@consorcioabc.org.br.

Com esse conjunto de iniciativas o Consórcio Intermunicipal Grande ABC pretende não apenas atualizar e visitar o Planejamento Estratégico ocorrido em 2000, mas, especialmente, fazê-lo conservando tanto seu espírito democrático e participativo, quanto o entusiasmo republicano que deve envolver ações que têm por metas essenciais o bem comum e a promoção do desenvolvimento, do bem-estar e da qualidade de vida das populações envolvidas.

Atenciosamente,

JOÃO AVAMILENO

Prefeito do Município de Santo André

Presidente do Consórcio Intermunicipal das

Bacias do Alto Tamanduateí e Billings



DAVID GOMES DE SOUZA

Assessor Executivo da Presidência - Diretor

3.2 – Público mobilizado

3.2.1 - O processo de mobilização para o Seminário envolveu duas etapas. A primeira, antes da realização do Seminário, foram mobilizadas 341 (trezentas e quarenta e uma) instituições e agentes políticos, localizados nos sete municípios do Grande ABC.

3.2.2 - A segunda, atendendo às demandas surgidas durante a realização do Seminário, o prazo para respostas ao questionário foi reaberto, possibilitando que todas as instituições que não haviam respondido na fase inicial, e ainda outras interessadas também poderiam assim o fazer. Como forma de ampliar a divulgação desta deliberação do plenário do Seminário, foram desencadeadas duas medidas: a primeira foi anunciar no site do Consórcio o novo prazo para respostas, e a segunda foi enviar uma correspondência (conteúdo abaixo) às instituições novas, bem como a todas que não haviam respondido na fase inicial.

Conforme solicitação feita por algumas das entidades que participaram do seminário “Planejamento Regional Estratégico 2008” realizado na última sexta-feira, 4 de abril, o Consórcio volta a disponibilizar o questionário que visa identificar os avanços, perspectivas e prioridades para a região no curto, médio e longo prazo. As sugestões poderão ser encaminhadas até o dia 18 de abril.

Caso sua entidade não esteja inserida na lista que está no site, pedimos a gentileza de entrar em contato pelo telefone: 4992-3011 ou pelo e-mail: planejamento@consorcioabc.org.br.

Com esta iniciativa o Consórcio Intermunicipal Grande ABC pretende não apenas atualizar e revisitar o Planejamento Estratégico ocorrido em 2000, mas, especialmente, fazê-lo conservando tanto seu espírito democrático e participativo, quanto o entusiasmo republicano que deve envolver ações que têm por metas essenciais o bem comum e a promoção do desenvolvimento, do bem-estar e da qualidade de vida das populações envolvidas.

Santo André, 04 de abril de 2008.

Consórcio Intermunicipal do Grande ABC

O resultado desta iniciativa possibilitou a ampliação do total de instituições mobilizadas chegando a **348** (trezentos e quarenta e oito), conforme abaixo detalhado.

Instituições convidadas para o processo de atualização do Planejamento Regional Estratégico do Grande ABC	
Item	Entidade
1	ABC AGORA
2	ABC CAPITAL
3	ABC DIÁRIO
4	ABC REPÓRTER

- 5 ABCD MAIOR
- 6 AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO GRANDE ABC
- 7 AGENTES DE PASTORAL NEGROS
- 8 AKZO NOBEL LTDA.
- 9 APCD SANTO ANDRÉ
- 10 APCD SÃO BERNARDO DO CAMPO
- 11 APCD SÃO CAETANO DO SUL
- 12 ASSOCIAÇÃO COEMRCIAL E INDUSTRIAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
- 13 ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE DIADEMA
- 14 ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE SANTO ANDRÉ
- 15 ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE SÃO CAETANO DO SUL
- 16 ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE RIBEIRÃO PIRES
- 17 ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE RIO GRANDE DA SERRA
- 18 ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL, E AGRÍCOLA DE MAUÁ
- 19 ASSOCIAÇÃO DAS ESCOLAS PARTICULARES DO GRANDE ABC
- 20 ASSOCIAÇÃO DOS CONSTRUTORES IMOBILIÁRIOS E ADM. GRANDE ABC
- 21 ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA DE SANTO ANDRÉ
- 22 ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
- 23 AUSBRAND FÁBRICA DE METAL DURO E FERRAMENTAS DE CORTE LTDA.
- 24 AUTOMETAL S/A
- 25 B GROB DO BRASIL S/A IND E COM DE MAQS OP.
- 26 BACARDI MARTINI DO BRASIL IND E COM LTDA
- 27 BACKER S/A.
- 28 BALAS JUQUINHA IND E COM LTDA
- 29 BANCO DO BRASIL REGIONAL GRANDE ABC
- 30 BASF POLIURETANOS LTDA
- 31 BOMBRIL S/A
- 32 BRIDGESTONE FIRESTONE DO BRASIL IND E COM LTDA
- 33 CABOT BRASIL - IND. E COM. LTDA.
- 34 CAIXA ECONOMICA FEDERAL REGIONAL GRANDE ABC
- 35 CENTRO UNIVERSITARIO FUNDAÇÃO SANTO ANDRE
- 36 CENTRO UNIVERSITARIO INSTITUTO MAUA DE TECNOLOGIA
- 37 CENTRO UNIVERSITARIO SANTO ANDRE UNIA
- 38 CHEVRON DO BRASIL LTDA.
- 39 CIA BRAS DE CARTUCHOS
- 40 CIA LECO DE PRODS ALIMENTICIOS
- 41 CIESP DIADEMA
- 42 CIESP SANTO ANDRÉ
- 43 CIESP SÃO BERNARDO DO CAMPO
- 44 CIESP SÃO CAETANO DO SUL
- 45 CLIQUE ABC
- 46 CLUBE ARAMAÇAN
- 47 CLUBE BOCHOFILO DE SANTO ANDRÉ
- 48 CLUBE ESPECIAL SANTO ANDRÉ
- 49 CLUBE PRIMEIRO DE MAIO FUTEBOL CLUBE
- 50 CLUBE RECREATIVO ESPORTIVO TAMOYO
- 51 CNM/ CUT
- 52 COLGATE - PALMOLIVE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
- 53 COMITÊ CONTRA A FOME HERBERT SOUZA
- 54 COMUNIDADE NEGRA DO CAMPANÁRIO
- 55 CONSTRUTORA LORENZINI LTDA
- 56 CONSTRUTORA TRIDA & TRIDA LTDA
- 57 COOP - COOPERATIVA DE CONSUMO
- 58 COOPERATIVA INDUSTRIAL DE TRABALHADORES EM ARTEFATOS PLÁSTICOS
- 59 CORPO DE BOMBEIROS
- 60 CREA REGIONAL ABC
- 61 DAIMLERCHRYSLER DO BRASIL LTDA
- 62 DANA INDS LTDA

63	DCI
64	DELGA IND E COM LTDA
65	DELPHI AUTOMOTIVE SYSTEMS DO BRASIL LTDA
66	DEPUTADO ESTADUAL ALEX MANENTE
67	DEPUTADO ESTADUAL ANA DO CARMO
68	DEPUTADO ESTADUAL DONISETE PEREIRA BRAGA
69	DEPUTADO ESTADUAL JOSÉ AUGUSTO DA SILVA RAMOS
70	DEPUTADO ESTADUAL JOSÉ DOMINGOS BITTENCOURT
71	DEPUTADO ESTADUAL MARIO REALI
72	DEPUTADO ESTADUAL ORLANDO MORANDO
73	DEPUTADO ESTADUAL VANDERLEI SIRAQUE
74	DEPUTADO ESTADUAL VANESSA DAMO
75	DEPUTADO FEDERAL FRANK AGUIAR
76	DEPUTADO FEDERAL IVAN VALENTE
77	DEPUTADO FEDERAL VICENTE PAULO DA SILVA
78	DIADEMA JORNAL
79	DIÁRIO DO GRANDE ABC
80	DIÁRIO REGIONAL
81	DIVULGAÇÃO EXTRA
82	DOVAC - INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
83	DURA AUTOMOTIVE SYSTEMS DO BRASIL LTDA
84	ECO TV
85	EDAG DO BRASIL LTDA.
86	EDS DO BRASIL LTDA.
87	EFRARI INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE AUTO PEÇAS
88	ELUMA S/A IND E COM
89	EMPRESA CONSTRUTORA ENPRA LTDA
90	ESAG ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
91	ESCOLA SENAI A. JACOB LAFER
92	ESCOLA SENAI ALMIRANTE TAMANDARÉ
93	ESCOLA SENAI ARMANDO DE ARRUDA PEREIRA
94	ESCOLA SENAI CENTRO DE TREINAMENTO
95	ESCOLA SENAI MANUEL GARCIA FILHO
96	ESTAÇÃO NOTÍCIA
97	ETE DIADEMA
98	ETE MAUÁ
99	ETE RIBEIRÃO PIRES
100	ETE SANTO ANDRÉ
101	ETE SÃO BERNARDO DO CAMPO
102	ETE SÃO CAETANO DO SUL
103	FACULDADE ANCHIETA
104	FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO DE DIADEMA
105	FACULDADE DE DESENHO INDUSTRIAL DE MAUÁ
106	FACULDADE DE DIREITO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
107	FACULDADE DE MAUÁ - FAMA
108	FACULDADE DE MEDICINA DO ABC - FMABC
109	FACULDADE DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
110	FACULDADE DE TECNOLOGIA DE MAUÁ
111	FACULDADE DE TECNOLOGIA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
112	FACULDADE DE TECNOLOGIA DO ABC
113	FACULDADE DE TECNOLOGIA RADIAL SANTO ANDRÉ
114	FACULDADE DE TECNOLOGIA SÃO CAETANO DO SUL
115	FACULDADE DE TECNOLOGIA TERMOMECÂNICA
116	FACULDADE DE TEOLOGIA BATISTA DO GRANDE ABC
117	FACULDADE DE TEOLOGIA DE SANTO ANDRÉ
118	FACULDADE INTERAÇÃO AMERICANA
119	FACULDADE PAULISTA DE SERVIÇOS SOCIAIS DE SCS
120	FACULDADE TIJUCUSSU

121	FACULDAE INTEGRADA DE RIBEIRÃO PIRES
122	FAENAC FACULDADE EDITORA NACIONAL
123	FATE FACULDADES TERESA D'AVILA
124	FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DOS MUTUÁRIOS E MORADORES DO ESTADO DE SP
125	FEFISA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FISICA DE SANTO ANDRÉ
126	FEI FACULDADE DE ENGENHARIA INDUSTRIAL
127	FOCO FACULDADE OCTOGONO
128	FOLHA DA BAIXADA
129	FOLHA DE RIBEIRÃO PIRES
130	FOLHA DE S. PAULO
131	FOLHA DO ABC
132	FOLHA DO DIA ABCD
133	FOLHA REGIONAL
134	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA
135	FÓRUM AGENDA 21
136	FÓRUM DA CIDADANIA DO GRANDE ABC
137	FÓRUM DE DIADEMA
138	FÓRUM DE MAUÁ
139	FÓRUM DE RIBEIRÃO PIRES
140	FÓRUM DE RIO GRANDE DA SERRA
141	FÓRUM DE SANTOANDRÉ
142	FÓRUM DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
143	FÓRUM DE SÃO CAETANO DO SUL
144	FÓRUM PERMANENTE DE DISCUSSÕES CULTURAIS
145	FRIGORÍFICO MARBA LTDA.
146	GAZETA DA GRANDE SÃO PAULO
147	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
148	GIGLIO S/A.
149	GIRO DO ABC
150	GOLD NUTRITION INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
151	GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO
152	GROW JOGOS E BRINQUEDOS S/A.
153	GULLIVER S/A MANUFATURA DE BRINQUEDOS
154	HL ELETRO METAL LTDA.
155	HOJE JORNAL
156	HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO CRISTOVÃO DA GAMA
157	IBDE DO BRASIL MEIO AMBIENTE
158	IMES INSTITUTO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE SCS
159	INDÚSTRIA ARTEB S/A.
160	INDÚSTRIA E COMÉRCIO JOLITEX
161	INDÚSTRIA METALPLÁSTICA IRBAS LTDA.
162	INSTITUO ACQUA
163	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE SANTO ANDRÉ
164	INSTITUTO IABDESESP
165	INTERPRINT LTDA.
166	J.M.B. ZEPPELIN EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA.
167	JORNAL DA REGIÃO
168	JORNAL DA TARDE
169	JORNAL DO ABC PAULISTA
170	JORNAL DO BAIRRO
171	JORNAL DO COMÉRCIO
172	JORNAL IMPRENSA
173	JORNAL UNIÃO DOS BAIROS
174	KARMANN GHIA DO BRASIL LTDA
175	KNAUF ISOPOR LTDA.
176	KOSTAL ELETROMECANICA LTDA
177	LIVRARIA ALPHARRABIO
178	LIVRE MERCADO

179	LOGOS NOTÍCIA
180	MACROPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS
181	MAGNETI MARELLI COFAP CIA FABRICADORA DE PEÇAS LTDA
182	MAHLE METAL LEVE S/A
183	MAIS NOTÍCIAS
184	MANGELS IND E COM LTDA
185	MAZZAFERRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÍMEROS E FIBRAS LTDA.
186	MERCEDES BENZ DO BRASIL LTDA.
187	MOINHO DE TRIGO SANTO ANDRE S/A
188	MORGANITE BRASIL LTDA.
189	MOVA ABC - MOVIMENTO DE ALFABETIZAÇÃO REGIONAL ABC
190	MOVIMENTO GRANDE ABC PARA TODOS
191	MOVIMENTO NEGRO RAÍZES DA ÁFRICA
192	NEGRA SIM - MOVIMENTO DAS MULHERES NEGRAS DE SANTO ANDRÉ
193	NESTLÉ BRASIL LTDA.
194	NHA BENTA IND DE ALIMENTOS LTDA
195	NOTÍCIAS DO POVO
196	NOVELIS DO BRASIL LTDA
197	O POPULAR
198	OAB DIADEMA
199	OAB MAUÁ
200	OAB RIBEIRÃO PIRES
201	OAB SANTO ANDRÉ
202	OAB SÃO BERNARDO DO CAMPO
203	OAB SÃO CAETANO DO SUL
204	OSBORN INTERNATIONAL
205	OSCIPI - INSTITUTO NOVA
206	OXICAP NIND. DE GASES LTDA.
207	OXITENO
208	PANEX PRODS DOMESTICOS LTDA
209	PARANOIA IND DE BORRACHAS S/A
210	PEMATEC- TRIANGEL DO BRASIL LTDA.
211	PETROBRÁS - PETROLEO BRASILEIRO S/A.
212	PETROQUÍMICA UNIÃO S.A.
213	PHILIPS DO BRASIL LTDA
214	PIRELLI PNEUS S/A
215	PLÁSTICOS LUCONI
216	POLIBUTENOS
217	POLICARBONATOS DO BRASIL S/A
218	POLICIA MILITAR
219	POLIETILENOS UNIÃO S.A.
220	POLITIKA DO ABC
221	PONTO FINAL
222	PREESTÉCNICA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
223	PREFEITO DE DIADEMA
224	PREFEITO DE MAUÁ
225	PREFEITO DE RIBEIRÃO PIRES
226	PREFEITO DE RIO GRANDE DA SERRA
227	PREFEITO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
228	PREFEITO DE SÃO CAETANO DO SUL
229	PREFEITO SANTO ANDRÉ
230	PREFEITURA MUNICIPAL DE DIADEMA ASSESSOR ESPECIAL
231	PREFEITURA MUNICIPAL DE DIADEMA SEC. DE DES, ECO. E URBANO
232	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ SEC. DE DES. ECO. E SOCIAL
233	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ SEC. DE SERVIÇOS
234	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PIRES SEC. DE EDU.CUL.TUR.E DES, ECO.
235	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRD. DA SERRA ASSESSOR DO PREFEITO
236	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRD. DA SERRA SEC. DE DES. SOCIAL E ECO.

237	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ ASSESSOR ESPECIAL
238	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ SECRETÁRIO DE DES. E AÇÃO REG.
239	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO COORDENADO GERAL
240	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO SECRETÁRIO DE DES. ECO. E TUR.
241	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DIR. DEPTO. DES. ECO.
242	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO VICE-PREFEIRO
243	PRESIDENTE CÂMARA MUNICIPAL DE DIADEMA
244	PRESIDENTE CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
245	PRESIDENTE CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PIRES
246	PRESIDENTE CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE DA SERRA
247	PRESIDENTE CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ
248	PRESIDENTE CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
249	PRESIDENTE CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL
250	PROEMA AUTOMOTIVA S/A.
251	PROGRAMA ESTÚDIO ABERTO
252	PROXYON TECNOPERFIL TAURUS LTDA.
253	RÁDIO ABC
254	REGIONAL NOTÍCIAS
255	REPÓRTER DIÁRIO
256	REPRINCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
257	REVISTA ACESSO
258	REVISTA EXPRESSÃO
259	REVISTA INDÚSTRIA E CONSUMO
260	RHODIA BRASIL LTDA
261	RUDGE RAMOS JORNAL
262	SAINT-GOBAIN VIDROS S/A
263	SCANIA LATIN AMERICA LTDA
264	SCHMIDT IND E COM IMPORT EXPORT LTDA
265	SEB DO BRASIL PRODUTOS DOMÉSTICOS
266	SEBRAE REGIONAL GRANDE ABC
267	SEMINÁRIO PRESBITERIANO CONSERVADOR
268	SESC SANTO ANDRÉ
269	SESC SÃO CAETANO
270	SESI DIADEMA
271	SESI MAUÁ
272	SESI SANTO ANDRÉ
273	SESI SÃO BERNARDO DO CAMPO
274	SESI SÃO CAETANO
275	SHELLMAR - EMBALAGEM MODERNALTDA.
276	SHERWIN WILLIANS DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
277	SHOPPING ABC
278	SHOPPING ABC PLAZA
279	SHOPPING ANDREENSE DE ALIMENTAÇÃO
280	SINDICATO DA INDÚSTRIA DE MÓVEIS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
281	SINDICATO DA PANIFICAÇÃO REGIONAL GRANDE ABC
282	SINDICATO DAS EMPRESAS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO DO GRANDE ABC
283	SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE CARGAS DO ABC
284	SINDICATO DAS IND. DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE SÃO BERNARDO
285	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CONFEC. DE ROUPAS E SIMILARES
286	SINDICATO DO COMÉRCIO VARJ. E DERIVADOS DO PETRÓLEO DO ABCDMR REGRAN
287	SINDICATO DOS EMP. COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES
288	SINDICATO DOS EMP. DE ESTABELECIMENTO BANCARIOS DO ABC
289	SINDICATO DOS EMP. EM ENTIDADES SINDICAIS DE ABCDMGSMRR
290	SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SANTO ANDRÉ
291	SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE DIADEMA
292	SINDICATO DOS METALURGICOS DE SANTO ANDRE
293	SINDICATO DOS METALURGICOS DE SCS
294	SINDICATO DOS METALURGICOS DO ABC

295	SINDICATO DOS PROFESSORES DESENHISTAS TÉCNICOS ARTÍSTICOS, IND.
296	SINDICATO DOS PROPRIETÁRIOS DE BANCAS DE JORNAIS E REVISTAS
297	SINDICATO DOS QUIMICOS DO ABC
298	SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE SÃO BERNARDO
299	SINDICATO DOS TRAB. EMP. DE TRANSPORTE RODOVIÁRIOS E ANEXOS
300	SINDICATO DOS TRAB. IND. GRÁFICAS, JORNAIS E REVISTAS DE SÃO BERNARDO
301	SINDICATO DOS TRABALHADORES NA IND. FIAÇÃO E TECELAGEM
302	SINDICATO EMP. TRANSP. PASSAGEIROS POR FRETAMENTO
303	SINDICATO INTERM. DOS TRABALHADORES DAS IND. CONSTRUÇÃO E MOB.
304	SINDICATO MOT. CEG. AUT. EMP. AGREG. TRANSP.VEÍCULOS AUTOMOTORES
305	SINDICATO NAC. TRANSP. RODOV. AUTONO. PEQ. MICROEMP. TRANS ROD. VEIC.
306	SINDICATO TRAB. EMP. FAB. BENEF. TRANSF. VIDRO CRISTAL FIBRA DE LÃ DE VID.
307	SINDICATO TRAB.EMP. TELEC. OPERAD. MESAS TELEFÔNICAS ESTADO SÃO PAULO
308	SINDUSCON REGIONAL GRANDE ABC
309	SINIMPLAST IND E COM LTDA
310	SMC PNEUMÁTIOCS DO BARSIL LRDA.
311	SOCIEDADE EDUCACIONAL DO GRANDE ABC
312	SOCIEDADE TÉCNICA DE ELASTÔMETROS
313	SOLVAY INDUPA
314	SOPLAST PLÁSTICOS SOPRADOS LTDA.
315	SUZANO PETROQUIMICA S/A
316	T4 INDÚSTRIA COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO
317	TAHITI NAÚTICA CLUBE
318	TÊNIS CLUBE DE SANTO ANDRÉ
319	TÊNIS CLUBE DE SÃO CAETANO
320	TERMOMECÂNICA SÃO PAULO S/A
321	THE VALSPAR CORPORATION LTDA.
322	THOMSON CAR IND COM DE PRODS AUTOMOTIVOS LTDA
323	TINTAS CORAL LTDA
324	TOYOTA DO BRASIL LTDA
325	TRIBUNA DO ABC
326	TRW AUTOMOTIVE LTDA
327	TUPY FUNDIÇÕES LTDA
328	TV +
329	TV UNIBAN
330	ULTIMA HORA DO ABC PAULISTA
331	UMESP UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO
332	UNIABC UNIVERSIDADE DO GRANDE ABC
333	UNIBAN
334	UNIPAR
335	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
336	UNIVERSIDADE PAULISTA UNIP
337	USIFAST
338	VALISERE IND E COM LTDA
339	VIDROFIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
340	VOLKSWAGEN CLUBE
341	VOLKSWAGEN DO BRASIL LTDA
342	WEST PHARMACEUTICAL SERVICES BRASIL LTDA
343	WHEATON DO BRASIL IND E COM LTDA
344	WICKBOLD & NOSSO PÃO INDS ALIMENTÍCIAS LTDA
345	YAKULT S A IND E COM
346	YOKI ALIMENTOS AS
347	ZEMA ZSELICS LTDA.
348	ZF DO BRASIL LTDA.

3.3 – Análise sintética das instituições mobilizadas:

Como forma de melhor identificar o perfil das instituições mobilizadas para o Seminário, nas duas fases, será apresentado a seguir, uma análise consolidada por cidades e segmentação.

3.3.1 – Por cidades:

Consolidado por cidade			
Item	Cidade	Qtde	%
1	DIADEMA	24	6,90%
2	MAUÁ	26	7,47%
3	RIBEIRÃO PIRES	13	3,74%
4	RIO GRANDE DA SERRA	7	2,01%
5	SANTO ANDRÉ	110	31,61%
6	SÃO BERNARDO DO CAMPO	131	37,64%
7	SÃO CAETANO DO SUL	31	8,91%
8	SÃO PAULO	6	1,72%
	TOTAL	348	100%

3.3.2 – Por segmentos:

Consolidado por segmentos			
Item	Caracterização	Qtde	%
1	AGENTE POLÍTICO	40	11,49%
2	CLUBE DE SERVIÇO	11	3,16%
3	EMPRESA	112	32,18%
4	ENTIDADES DE CLASSE	54	15,52%
5	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	53	15,23%
6	INSTITUIÇÃO DE FOMENTO	2	0,57%
7	INSTITUIÇÃO DO SIST. JUDICIÁRIO	7	2,01%
8	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	2	0,57%
9	MEIOS DE COMUNICAÇÃO	49	14,08%
10	ONG	16	4,60%
11	INSTITUIÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	2	0,57%
	TOTAL	348	100%

4 - Programação

4.1 – Dia 04 de abril de 2008 (sexta feira)

9h00 - Composição da mesa

- Sr. Jose Serra – Governador do Estado de São Paulo, Presidente da Câmara do Grande ABC.
- Sr. João Avamileno – Prefeito de Santo André e Presidente do Consórcio Intermunicipal Grande ABC e Coordenador Executivo da Câmara do Grande ABC.
- Sr. William Dib – Prefeito de São Bernardo do Campo
- Sr. José Auricchio Júnior – Prefeito de São Caetano do Sul
- Sr. José de Filippi Júnior – Prefeito de Diadema
- Sr. Leonel Damo – Prefeito de Mauá
- Sr. Clóvis Volpi - Prefeito de Ribeirão Pires
- Sr. Adler Teixeira, Kiko – Prefeito de Rio Grande da Serra

9h10 – Abertura

- Fala: Sr. João Avamileno
- Saudação de todos os prefeitos
- Fala: Sr. José Serra

9h30 - Apresentação – Sr. David Gomes de Souza – Assessor Executivo do Presidente - Diretor

- Histórico das ações regionais



- Planejamento regional estratégico
- Proposta de cronograma de reuniões do Conselho Deliberativo da Câmara do Grande ABC
 - o 06 de junho de 2008 – Acessibilidade e infra-estrutura, com assinatura de acordos: Rodoanel e Resíduos sólidos.
 - o Seminário Internacional – “Políticas de cooperação regional”

9h50 - Apresentação da dinâmica do Seminário

- Apresentação da síntese das prioridades que emergiam da pesquisa
- Debate e eleição das prioridades

10h20 – Intervalo para café

10h35 - Retomada dos trabalhos

- Debates das propostas e pactuação do elenco de prioridades

12h10 - Apresentação de documento síntese do Seminário

13h00 - Encaminhamentos

5 – Metodologia e síntese de tabulação das respostas do questionário

Seguem abaixo as prioridades para *curto*, *médio* e *longo* prazos, que emergiram dos questionários aplicados, classificadas segundo os Eixos Estruturantes, do Planejamento Regional Estratégico de 2000.

5.1 – Metodologia adotada na tabulação dos dados

As devolutivas dos questionários foram tabuladas valendo-se de alguns princípios básicos:

- a) As informações originais foram preservadas, permanecendo indexadas até a obtenção do resultado final. É possível, portanto, reconstituir cada tabela abaixo até o ponto de partida, de forma a se identificar cada resposta oferecida;
- b) Muitas entidades retornaram mais de uma prioridade por horizonte de prazo. Nessas situações optou-se por conservar todas as devolutivas;
- c) Não foram feitas interpretações ou inferências das devolutivas, mas desenvolvido um critério de classificação, que consistiu em eleger palavras-chave. Para cada devolutiva usou-se palavras-chave suficientes para esgotar a resposta apresentada;
- d) A classificação final é, a rigor, uma distribuição da frequência das palavras-chave, que indicam temas por ordem de prioridade;



- e) O retorno da tabulação, portanto, consiste de uma hierarquia de temas, aos quais se pode associar segmentos específicos, tanto para fins de planejamento, quanto em termos de políticas públicas a serem mobilizadas.
- f) As características que emergiram do tratamento dos dados, de outra parte, permitiram legitimamente estabelecer vínculos entre os temas identificados e os Eixos Estruturantes do Planejamento Estratégico Regional de 2000;
- g) Em função de tais vínculos, a tabulação final, conforme aparece nas tabelas, é apresentada de acordo com a divisão temática correspondente a cada um dos referidos Eixos Estruturantes. Este passo proporcionou uma melhor organização e sistematização das informações coletadas, possibilitando uma leitura das prioridades à luz dos grandes temas que constituem o desafio de desenvolvimento regional.

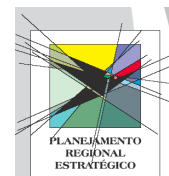
É possível e legítimo supor, com base na estrutura das respostas obtidas, que elas representam tanto identificação de temas para o planejamento, quanto expressão de desejos e anseios, fortemente inspirados pelo Planejamento Regional Estratégico havido em 1999-2000. Sendo razoável esta hipótese, pode-se imaginar que existe um vínculo afetivo e de memória coletiva, que liga dois eventos distintos, separados entre si por oito anos, mas que se alinham em seu espírito, que, no geral, procura privilegiar a participação popular nas atividades de planejamento.

5.2 - Apresentação e síntese das respostas do questionário

Seguem abaixo, organizado segundo as diretrizes contidas no Item 5.1, a apresentação das prioridades para *curto*, *médio* e *longo* prazos, que emergiram dos questionários aplicados, nas duas fases, classificadas segundo os Eixos Estruturantes, do Planejamento Regional Estratégico de 2000.

Item	Prioridades a CURTO PRAZO por Eixos Estruturantes	Ocorrências	Participação (%)
Eixo 1 - Educação e Tecnologia			22,1%
1.1	Educação	22	21,2%
1.2	Tecnologia	1	1,0%
Eixo 2 - Sustentabilidade das Áreas de Mananciais			8,7%
2.1	Saneamento ambiental	4	3,8%
2.2	Meio ambiente	5	4,8%
Eixo 3 - Acessibilidade e Infraestrutura			19,2%
3.1	Mobilidade e transporte	10	9,6%
3.2	Infra-estrutura urbana	9	8,7%
3.3	Acessibilidade	1	1,0%
Eixo 4 - Diversificação e Fortalecimento das Cadeias Produtivas			3,8%
4.1	Desenvolvimento econômico	2	1,9%
4.2	Desenvolvimento setorial	1	1,0%
4.3	Turismo	1	1,0%
Eixo 5 - Ambiente Urbano de Qualidade			2,9%
5.1	Desenvolvimento urbano	1	1,0%
5.2	Habitação	1	1,0%
5.3	Preservação Patrimônio	1	1,0%
Eixo 6 - Identidade Regional e Estruturas Institucionais			7,7%
6.1	Promoção da cultura	3	2,9%
6.2	Fortalecimento da Agência de Desenvolvimento do Grande ABC	1	1,0%
6.4	Marketing regional	1	1,0%
6.5	Política tributária	1	1,0%
6.6	Políticas Públicas debate	1	1,0%
6.7	Liberdade de Imprensa	1	1,0%
Eixo 7 - Inclusão Social			33,7%
7.1	Segurança	8	7,7%
7.2	Saúde	7	6,7%
7.3	Inclusão Social	4	3,8%
7.4	Emprego e empregabilidade	2	1,9%
7.6	Controle de vetores	1	1,0%
7.7	Rede de proteção social	1	1,0%
7.8	Inclusão étnica e racial	7	6,7%
7.9	Inclusão - Gênero	5	4,8%
Sem classificação precisa		2	1,9%
TOTAL		104	100,0%

Item	Prioridades a MÉDIO PRAZO por Eixos Estruturantes	Ocorrências	Participação (%)
Eixo 1 - Educação e Tecnologia			14,2%
1.1	Educação	14	13,2%
1.2	Tecnologia	1	0,9%
Eixo 2 - Sustentabilidade das Áreas de Mananciais			17,0%
2.1	Saneamento ambiental	9	8,5%
2.2	Meio ambiente	9	8,5%
Eixo 3 - Acessibilidade e Infraestrutura			11,3%
3.1	Mobilidade e transporte	10	9,4%
3.2	Infra-estrutura urbana	2	1,9%
Eixo 4 - Diversificação e Fortalecimento das Cadeias Produtivas			7,5%
4.1	Desenvolvimento econômico	4	3,8%
4.2	Turismo	3	2,8%
4.3	Abertura de empresas integrada	1	0,9%
Eixo 5 - Ambiente Urbano de Qualidade			5,7%
5.1	Desenvolvimento urbano	3	2,8%
5.2	Habitação	2	1,9%
5.3	Preservação Patrimônio	1	0,9%
Eixo 6 - Identidade Regional e Estruturas Institucionais			11,3%
6.1	Promoção da cultura	4	3,8%
6.2	Modernização Administrativa	2	1,9%
6.3	Divulgação do Consórcio	1	0,9%
6.4	Política tributária	3	2,8%
6.5	Planejamento	2	1,9%
Eixo 7 - Inclusão Social			28,3%
7.1	Segurança	5	4,7%
7.2	Saúde	7	6,6%
7.3	Inclusão Social	3	2,8%
7.4	Emprego e empregabilidade	2	1,9%
7.5	Casa abrigo	1	0,9%
7.6	Rede de proteção social	1	0,9%
7.7	Esportes	1	0,9%
7.8	Inclusão étnica e racial	5	4,7%
7.9	Inclusão - Gênero	5	4,7%
Sem classificação precisa		5	4,7%
Total		106	100,0%



Item	Prioridades a LONGO PRAZO por Eixos Estruturantes	Ocorrências	Participação (%)
Eixo 1 - Educação e Tecnologia			8,9%
1.1	Educação	8	7,9%
1.2	Tecnologia	1	1,0%
Eixo 2 - Sustentabilidade das Áreas de Mananciais			12,9%
2.1	Saneamento ambiental	7	6,9%
2.2	Meio ambiente	6	5,9%
Eixo 3 - Acessibilidade e Infraestrutura			16,8%
3.1	Mobilidade e transporte	10	9,9%
3.2	Infra-estrutura urbana	7	6,9%
Eixo 4 - Diversificação e Fortalecimento das Cadeias Produtivas			11,9%
4.1	Desenvolvimento econômico	5	5,0%
4.2	Turismo	6	5,9%
4.3	Desenvolvimento regional	1	1,0%
Eixo 5 - Ambiente Urbano de Qualidade			5,9%
5.1	Desenvolvimento urbano	1	1,0%
5.2	Habitação	2	2,0%
5.3	Preservação Patrimônio	1	1,0%
5.4	Fixação ao local de residência	1	1,0%
5.5	Plano diretor	1	1,0%
Eixo 6 - Identidade Regional e Estruturas Institucionais			6,9%
6.1	Promoção da cultura	2	2,0%
6.2	Modernização Administrativa	2	2,0%
6.3	Divulgação do Consórcio	1	1,0%
6.4	Marketing regional	1	1,0%
6.5	Política tributária	1	1,0%
Eixo 7 - Inclusão Social			34,7%
7.1	Segurança	9	8,9%
7.2	Saúde	8	7,9%
7.3	Emprego e empregabilidade	1	1,0%
7.4	Rede de proteção social	1	1,0%
7.5	Políticas para juventude	2	2,0%
7.6	Cidadania - ações	1	1,0%
7.7	Inclusão - pessoa deficiente	3	3,0%
7.8	Inclusão étnica e racial	5	5,0%
7.9	Inclusão - Gênero	5	5,0%
Sem classificação precisa		2	2,0%
Total		101	100,0%

6 - Resultados do Seminário Planejamento Regional Estratégico (2008)

Ao longo do mês de março e primeiro decêndio do mês de abril do ano corrente, o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC desenvolveu ação de revisão do Planejamento



Estratégico Regional, tendo procedido, conforme se pode ver pelas tabelas acima, a uma consulta abrangente a entidades da sociedade civil organizada, agentes políticos, além de entes públicos e privados, no sentido de eleger e pactuar prioridades de curto, médio e longo prazos, que devem ser observadas nas ações a serem implementadas naqueles horizontes de tempo.

A consulta em questão teve por base um questionário, que, uma vez tabulado, indicou as prioridades indicadas, as quais foram organizadas por temas e, em seqüência, segundo os Eixos Estruturantes, conforme eles foram previstos no Planejamento Regional Estratégico de 1999-2000.

A atividade de revisão do Planejamento Estratégico foi concluída através de um Seminário, realizado em 4 de abril p.p. - ver programação no item 4.1 retro -, que congregou entidades da sociedade civil, empresas e empresários, agentes políticos, autoridades, além dos membros natos da estrutura diretiva do Consórcio, da Agência de Desenvolvimento Econômico e da Câmara Regional do Grande ABC.

Naquela oportunidade, além de encaminhamentos relativos à eleição e pactuação de prioridades para fins de planejamento, demonstrou-se evidente a necessidade de que o Consórcio aprofundasse suas atividades de articulação regional e de cooperação, resgatando, ainda, do Planejamento Regional Estratégico de 1999-2000, elementos que envolvem um território mais amplo, referente à Região Metropolitana de São Paulo, onde se desenvolvem ações e projetos que terão profundo impacto sobre o ABCD. Chama especial atenção, sob este aspecto, a conclusão do Eixo Sul do Rodoanel, prevista para ocorrer entre final de 2009 e início de 2010, que terá enorme impacto sobre a estrutura viária da região do ABCD, sua logística e, em termos mais amplos, sobre a própria qualidade de vida de sua população.

A consulta feita à sociedade civil, devidamente tabulada e apresentada ao plenário do Seminário de Planejamento Regional Estratégico (2008), realizado no dia 04 de abril p.p., demonstrou, complementarmente, que ao se considerar os Eixos Estruturantes, sobressaía em termos de preocupação o de número 7, que trata fundamentalmente dos temas e Grupos de Trabalho que envolvem mais diretamente a questão da Inclusão Social.

Emergiu, então, da própria dinâmica dos debates do Seminário, a necessidade de intensificar as atividades dos GT's envolvidos com aquele Eixo Estruturante, com especial ênfase sobre os temas de raça e gênero, além da indicação de que se faz necessário explorar as possibilidades de abordagens transversais. Essa necessidade, própria à lógica atual com que se orientam as políticas públicas, foi verbalizada pelo plenário, quando de sua manifestação nas atividades de encerramento do evento. Pautou-se, especialmente, as questões de gênero e raça, claramente afetas à abordagem transversal.

Foram inúmeras, igualmente, as manifestações relativas ao tema do meio ambiente e, de um modo mais amplo, da sustentabilidade do desenvolvimento urbano, uma vez que vieram à baila em um grande número de intervenções as questões envolvendo mobilidade e transporte, qualidade da água, proteção às áreas de mananciais - que se fizeram acompanhar, a sua vez, pela preocupação da adequada compensação os Municípios situados em áreas de preservação.

Esses resultados, que em grande medida confirmam os termos e indicações do Planejamento Regional Estratégico ocorrido em 1999-2000, reavivam a necessidade de que o Consórcio atue como protagonista dos processos de articulação regional e inter-governamental, assumindo a condição de indutor de políticas e desafios para a própria Região Metropolitana de São Paulo. Trata-se, nesse particular, de enfrentar criativamente uma espécie de "vácuo" federativo, que impacta cada uma das municipalidades das Regiões Metropolitanas, a de São Paulo em especial, uma vez que elas não tenham mecanismos



eficazes de gerir as políticas públicas que envolvem suas áreas de fronteira, integrando-as em um todo harmônico. A questão do trecho Sul do Rodoanel é um exemplo claro dessa dificuldade, mas existem outros inúmeros casos, como a necessidade de uma política regional e articulada de segurança, educação, assistência social, e assim por diante. Essa necessidade de articulação regional, para uma área completamente conurbada, foi claramente expressa pelas devolutivas dos questionários.

Esses elementos, contudo, não são estranhos às ações já previstas pelo Consórcio para o exercício de 2008. Tanto é assim que já estão programados para o ano corrente dois Seminários, um denominado “*Os impactos do Rodoanel e a gestão e destinação dos resíduos*”, que deve ocorrer em 6 de junho p.f., o outro tratando do tema da “Cooperação Internacional”, que deve se realizar no mês de novembro, sem ter ainda data definida.

Faz parte, ainda, da estratégia do Consórcio para o exercício corrente, a intensificação das atividades de seus Grupos de Trabalho, que deverão até mesmo incorporar novos elementos e instituições, que se mostravam altamente interessados na participação, a partir do Seminário de Planejamento Regional Estratégico (2008), realizado, como já indicado, em 04 de abril p.p.

Para o propósito da dinamização das atividades dos Grupos de Trabalho requer-se, contudo, o desenvolvimento de estratégias e abordagens adequadas, especialmente porque ela deve reforçar o princípio da transversalidade, elemento que, talvez, possa até mesmo exigir uma reorganização dos GT's, segundo uma nova lógica. Essa meta, contudo, pode ser atingida ao longo do exercício, desde que se a aborde de imediato. Seguramente essa dinamização dos Grupos de Trabalho será uma contribuição de longo prazo para a dinâmica operacional do Consórcio, a partir da qual pode-se instituir, inclusive, novas ordens de protagonismos, quem sabe, a essa altura, aproximando os elementos limites do Planejamento Regional Estratégico de 1999-2000, que miravam a questão da sustentabilidade e qualidade de vida, como insumo fundamental ao desenvolvimento sócio-econômico. Talvez, e assim parece à Quanta Consultoria e Projetos, o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC esteja em condições de abrir o debate sobre o próprio desenvolvimento regional, a partir do prisma dos direitos humanos, qualificando, portanto, a pobreza, a exclusão social e o desrespeito às minorias como violações a serem enfrentadas pelo planejamento, que busca estabelecer uma sociedade mais fraterna e equitativa.



7 - Anexo I - Notas taquigráficas do evento ocorrido em 04 de abril de 2008

Realizado no SENAC Santo André

Santo André 08/04/2008

Mestre de Cerimônia - Esse seminário é uma realização da Câmara do Grande ABC, com apoio do Consórcio Intermunicipal e a Agência do Desenvolvimento Econômico do Grande ABC. Convidamos para compor a mesa o prefeito de Santo André e Presidente do Consórcio Intermunicipal Grande ABC e Coordenador Executivo da Câmara do Grande ABC João Avamileno, o Secretário Estadual de Transportes representando o Governador do Estado de São Paulo José Serra, Mauro Arce, prefeito de Diadema José de Filippi Júnior, o Deputado Estadual Vanderlei Siraque, o Deputado Estadual Orlando Morando, representando o Vice-Presidente do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC e prefeito de Mauá Leonel Damo a Secretária de Desenvolvimento Econômico Sueli Bio, representando o prefeito da Estância Turística de Ribeirão Pires, Clóvis Volpi o Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo Marcelo Mennato, representando o prefeito de Rio Grande da Serra, Adler Teixeira “Kiko”, Carlos Eduardo Silva Secretário de Comunicação, o Vice-prefeito de São Caetano do Sul que nesse ato representa o prefeito José Auricchio Júnior, Valter Ribeiro, e representando o prefeito de São Bernardo do Campo, Willian Dib, Miguel Adalberto. Agradecemos especialmente ao Senac por ceder o espaço, e logo após o café haverá a apresentação institucional. Agradecendo a presença do Coronel da Polícia Militar Cláudio Antônio Rissoto, o Tenente Lucena representando o Tenente-coronel da Polícia Militar do 8º Grupamento de Bombeiros Valdeir Rodrigues Vasconcelos, Vanessa Figueiredo Subprefeita de Paranapiacaba e Parque Andreense, Ademar Carlos de Oliveira Secretário de Inclusão Social da prefeitura de Santo André, Milton Giuseppe Superintendente do SEMASA, Fábio Piagentini Secretário de Desenvolvimento e Ação Regional, Dra. Rusibel Sena de Carvalho representando o Deputado Estadual Donisete Braga, Zoio de Souza Assis Presidente da Associação Comercial e Industrial de Santo André ACISA, Carla Regina de Oliveira Vice-Reitora e Pro Tempore da Universidade Federal do ABC, Everaldo Coelho da Silva Superintendente da Caixa Econômica Federal, Maurício Melo gerente de contas do CIEE - Centro de Integração Empresa Escola e José Cardeli Gerente do Sebrae Regional Grande ABC.

Sueli Bio - Bom dia a todos. Nosso prefeito Leonel Damo está fora do Estado, gostaria de cumprimentar a todos os membros da mesa, saudar o prefeito de Santo André João Avamileno e na pessoa dele cumprimentar todos os presentes, representantes e autoridades e desejo a todos um bom Seminário para conversarmos sobre esse assunto tão importante para a região. Muito obrigada.

Valter Ribeiro - Bom dia a todos em nome do nosso prefeito José Auricchio Junior de São Caetano do Sul estamos aqui com muita honra e satisfação participando desse Seminário, relembando a importância da estratégia necessária para um processo de melhoria e de qualidade de ações em nossa região. Através do senhor prefeito de Santo André João Avamileno, cumprimento os demais componentes da mesa e em nome de São Caetano do Sul



desejo a todos um bom Seminário, para colhermos bons frutos, como vemos fazendo desde 1990, parabéns prefeito João Avamileno, José de Filippi Júnior, nossos cumprimentos. Obrigado.

Prefeito de Diadema José de Filippi Júnior - Bom dia saúdo a todos os presentes, meus companheiros e companheiras de mesa, o prefeito de Santo André e Presidente do Consórcio Intermunicipal e Coordenador Executivo da Câmara do Grande ABC João Avamileno, o Secretário Mauro Arce transmitindo ao governador José Serra meus cumprimentos. João Avamileno quero lhe saudar e lembrar a importância dos prefeitos que ano a ano vem coordenando o Consórcio com o apoio dos Deputados, Orlando Morando, Vanderlei Siraque, Deputados de nossa região, sempre presentes, constituindo esse esforço das estâncias regionais, institucionais, poder executivo local, estadual, buscando o apoio do governo federal e do poder legislativo. Hoje é um dia especial, mais uma vez chamamos os representantes da Sociedade Civil do Grande ABCD, da Polícia Militar, nossos parceiros e demais instituições que compõem os governos, municipais, estaduais e a sociedade organizada. Faremos um balanço dos trabalhos, os que seguem e os que precisam de novos esforços com metas para contribuir de fato para o avanço do Grande ABC, com 2,5 milhões de habitantes que vem aprendendo ao longo desses anos, não é João? Aperfeiçoar o estado brasileiro e já percebemos que existe esse vácuo, talvez dificuldades, de uma região metropolitana tão complexa como a nossa, para haver mais articulação com os municípios e suas forças, da Sociedade Civil, do estado e do governo federal. Temos várias ações, obras, programas de investimentos, planos que mostram o resultado desse entrosamento, nas áreas de educação, saúde, transporte, segurança, empreendimentos como os piscinões, combate às enchentes, infra-estrutura urbana, agora o Rodoanel, acho que o símbolo desse investimento, vontade do governador José Serra, a importância que estamos vendo de melhorar a mobilidade urbana, onde temos certeza que também teremos apoio do governo federal, acho que esse é o sentido desse encontro. Que possamos fazer um Seminário produtivo indicando os rumos e aperfeiçoamento dos trabalhos, das políticas do Grande ABCD. Sejam todos bem vindos. Obrigado.



Mestre de Cerimônia - Agradecemos também a participação da senhora Ailda Teixeira Secretária de Educação e Cultura de Rio Grande da Serra, com a palavra o Deputado Estadual Orlando Morando.

Deputado Estadual Orlando Morando - Bom dia a todos. Cumprimento o prefeito João Avamileno e a todos os prefeitos e seus representantes, cumprimento o Secretário Mauro Arce representando o governador José Serra. Saudando a iniciativa louvável de produzir esse Seminário, pensando mais uma vez no futuro avaliando alguns segmentos. O futuro já chegou. Estamos vivendo principalmente a questão da mobilidade urbana, um apagão rodoviário urbano, não por omissão ou ausência, mas pelo forte crescimento que tivemos nos últimos três anos, especialmente queria destacar mais uma vez a ação do Secretário Mauro Arce, do Governador José Serra tendo em vista que, a maior obra pública em andamento no Brasil, as obras do Rodoanel, irão diretamente beneficiar o Grande ABC, a região metropolitana de São Paulo e o Brasil, sendo que estamos ao lado do maior porto do país que é o porto de Santos. O Grande ABC passa por um bom momento e indiscutivelmente não podemos esperar chegar o futuro para pensar em nossos erros e na ausência das políticas públicas, e então considero fundamental esse Seminário, e fazendo o registro, pois estamos em uma região automobilística, não dá para continuar a região metropolitana do Estado de São Paulo e o Brasil sem um plano de renovação de frota, Mauro Arce. Hoje são por dia licenciados na região metropolitana cerca de 2000 novos veículos, imaginem se tivéssemos que produzir avenidas, ruas e estradas para esse número de veículos/dia, o que nos entristece é que não sai nenhum de circulação, existe a ausência da fiscalização para retirar os veículos que circulam indevidamente e por outro lado o programa de renovação de frotas, porque o Brasil permite até importar pneus velhos, mas não conseguimos vender carros usados para outros países. Acho que isso tem que ser parte de uma temática, porque, sou Deputado há cinco anos, quando cheguei à Assembléia Legislativa o principal tema do momento era a violência, e hoje ela começa, felizmente a virar a página, apesar das deficiências, avançamos muito no combate à violência com um trabalho incansável. Seguramente um dos maiores problemas da região metropolitana, não nos esqueçamos que o ABC está incluído nessa questão logística da mobilidade urbana, é uma pauta que não pode ficar aquém, até porque é o segmento empresarial quem está pagando a conta por isso, o contribuinte no desgaste e cansaço de inúmeras horas no trânsito e então indiscutivelmente é uma pauta que precisa ser discutida e mais do que isso aprimorada e dessa forma queria cumprimentar essa mesa e esse Seminário desejando o melhor aproveitamento e contribuições. Muito obrigado.

Mestre de Cerimônia - Agradecendo a presença do Sr. Saulgema Presidente do Banco do povo de Santo André. Com a palavra o Deputado Estadual Vanderlei Siraque.

Deputado Estadual Vanderlei Siraque - Bom dia a todos os presentes. Cumprimento a mesa, Secretário Mauro Arce pelo governador José Serra, nosso Presidente do Consórcio, prefeito de Santo André João Avamileno, José de Filippi Júnior prefeito de Diadema e demais representantes dos prefeitos, o colega da Assembléia o Deputado Estadual Orlando Morando e os todos participantes do Planejamento Estratégico Regional. Esse planejamento é importante para que possamos atuar com definições do Consórcio na Assembléia, ainda essa semana fiz uma crítica se existia ou não bancada regional, para atuar regionalmente dependemos do Consórcio, até para as emendas do orçamento do estado, acho que não é interessante ter



emendas individuais, é importante que sejam coletivas de acordo com nosso planejamento estratégico, sem beneficiar município A ou B, mas beneficiando toda a região, e trouxemos muitos frutos através do Consórcio, por exemplo o planejamento estratégico contra as enchentes, com as chuvas pesadas houve problemas, mas sem planejamento realizado no passado teria sido pior. Na área da saúde o hospital Mário Covas, Serraria-Diadema, Nardini – Mauá. Defendemos a estadualização, não sei como pensa a prefeitura, mas anos atrás havia isso na integração, e a integração de todos os hospitais estaduais com os municípios do Grande ABC, e na área da segurança pública, não é possível pensarmos Santo André, Diadema, São Bernardo ou Mauá isoladamente, temos que pensar a região como um todo, dentro do planejamento estratégico. Nesse momento temos as cadeias produtivas na nossa região o setor automobilístico e autopeças, químico – petroquímico - plástico, que também foi fruto de discussões regionais, com os municípios, a região e o Governo do Estado, a Assembléia e o Governo Federal, que em parte foi solucionado o problema, por exemplo, o ICMS com a expansão de setor tão importante para nossa região. Agora conseguimos o trecho sul do Rodoanel, que lutamos anos atrás, mas tem suas conseqüências, a parte boa é que precisa ser complementada e saudamos aqui a presença do Secretário Mauro Arce, mas precisamos lutar pelo viaduto do Capuava, a ligação da Avenida do Estado com a Avenida Papa João XXIII em Mauá, fazendo as obras, precisando unir toda a região do Grande ABC, o Governo do Estado, o Governo Federal para solucionar uma conseqüência positiva como já disse o Orlando, do desenvolvimento, a economia cresceu, as pessoas estão comprando mais veículos, só que gerou a conseqüência do congestionamento em nossas cidades e temos que lutar ainda pelo desenvolvimento do transporte público, não só para o ABC, mas para a região metropolitana como um todo. Nesse sentido é primordial o Planejamento Estratégico Regional. Cumprimentando mais uma vez nosso prefeito João Avamileno que está frente do Consórcio, parabéns mais uma vez e obrigado pela presença de todos, Universidades, entidades da Sociedade Civil em geral e o Poder Público.

Mestre de Cerimônia - Ouviremos a palavra do Presidente do Consórcio Intermunicipal e Coordenador executivo da Câmara do Grande ABC João Avamileno.

Prefeito de Santo André João Avamileno, Presidente do Consórcio Intermunicipal e Coordenador executivo da Câmara do Grande ABC - Bom dia a todas pessoas. Obrigado pela presença. Quero saudar a presença do Secretário de Estado dos Transportes Mauro Arce, representando o governador José Serra e Presidente da Câmara do Grande ABC, José de Filippi Júnior prefeito de Diadema e demais representantes dos prefeitos, Deputado Estadual Vanderlei Siraque e Orlando Morando, todos participantes, representando o Vice-Presidente do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC e o prefeito de Mauá Leonel Damo, a Secretária de Desenvolvimento Econômico Sueli Bio, representando o prefeito da Estância Turística de Ribeirão Pires Clóvis Volpi, o Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo Marcelo Mennato, representando o prefeito de Rio Grande da Serra Adler Teixeira “Kiko” Carlos Eduardo Silva Secretário de Comunicação, o Vice-prefeito de São Caetano do Sul que nesse ato representa o prefeito José Auricchio Júnior, Valter Ribeiro representando o prefeito de São Bernardo do Campo Willian Dib Departamento de fomento à indústria, Miguel Adalberto, o Coronel da Polícia Militar CPA M6 Cláudio Antônio Rissoto, Tenente Lucena representando o Tenente-coronel da Polícia Militar do 8º Grupamento de Bombeiros Valdeir Rodrigues Vasconcelos, Zoio de Souza Assis Presidente da Associação Comercial e Industrial de Santo André - ACISA, em nome de quem cumprimento todos das Associações industriais presentes



na nossa região e demais autoridades anunciadas. Estamos retomando o Planejamento Estratégico do Consórcio, esse encontro marca a retomada de um projeto fundamental para todo Grande ABC. Desde 1990 nossa região vem desenvolvendo ações regionais buscando saídas para nossos problemas e soluções de crescimento. O Consórcio Intermunicipal do Grande ABC consolidou-se como uma bem-sucedida associação dos sete municípios. Seu propósito é articular políticas públicas setoriais utilizando-se prioritariamente de recursos próprios da municipalidade. Em dezembro desse ano o Consórcio Intermunicipal completa 18 anos de existência. Ao longo dessa história atuamos em favor do desenvolvimento econômico social sustentável da região e de toda sua população. Nossa principal ferramenta, a cooperação, tanto regional como intergovernamental para garantir a legitimidade e a eficácia na articulação das políticas públicas setoriais. Nosso desafio, promover uma ação integrada do poder público e da Sociedade Civil organizada. A história de fortalecimento das instâncias multilaterais no âmbito regional passa dessa forma pelas atuações da Câmara regional do Grande ABC, Agência de desenvolvimento do Grande ABC e Desenvolvimento Econômico, prefeituras, empresas, entidades empresariais, sindicatos de trabalhadores, universidades, enfim, hoje podemos afirmar que construímos canais efetivamente participativos quando tratamos do futuro da nossa região. Pois bem, um marco desse trabalho compartilhado se deu com a elaboração do Planejamento Regional Estratégico no ano de 2000, há oito anos, esse processo gerou um instrumento de gestão regional que tem nos orientado em conquistas para um cenário futuro desejável. O planejamento regional estratégico teve participação direta de mais de 300 pessoas naquela oportunidade, representantes dos poderes executivos e legislativos municipais, governo do estado, Sociedade Civil organizada, representada por mais de 100 entidades e pedimos um plano estratégico com perspectiva para dez anos, com 40 programas, subprogramas, e 298 ações estratégicas reunidas em sete grupos temáticos como reflexo de nossos anseios. Os Eixos Estruturantes: Educação e tecnologia, Sustentabilidade das áreas de mananciais, Acessibilidade e infra-estrutura, Diversificação e fortalecimento das cadeias produtivas, Ambiente urbano de qualidade, Identidade regional e estruturas institucionais e Inclusão social. Desde então as ações regionais foram orientadas, planejadas e executadas de acordo com plano de metas estabelecidas. Cerca de 60 acordos foram assinados pelo Conselho deliberativo da Câmara regional. Muitas ações foram concluídas, outras em andamento, e algumas merecem revisão e outros encaminhamentos. É fundamental que nosso trabalho em conjunto seja sempre renovado diante das circunstâncias que a realidade nos impõe. Dentro da dinâmica do crescimento econômico, do desenvolvimento social, e ambiental. A proposta desse Seminário é fazer uma releitura do planejamento realizado em 2000, injetando novo ânimo em sua execução em uma parceria com a Sociedade Civil e demais segmentos para que seus pleitos continuem a representar as aspirações legítimas da população do Grande ABC. Após 18 anos de construção de um trabalho regionalizado temos que mostrar um caminho mais viável para o desenvolvimento local. A atuação individual e isolada do município não tem sido suficientemente eficaz para resolução de questões de ordem estrutural. Cada vez mais se ampliam as demandas e necessidades a serem atendidas pelo Consórcio Intermunicipal. Para isso nos reunimos hoje, é a busca de respostas para essas necessidades que são a nossa motivação. Um excelente trabalho a todos. Muito obrigado.

Mestre de Cerimônia - Ouviremos as palavras do Sr. Mauro Arce Secretário Estadual de Transportes representando o governador do Estado de São Paulo José Serra.

Mauro Jardim Arce / Secretário estadual de Transportes - Bom dia a todos e a todas.



Cumprimento o prefeito de Santo André e Presidente do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC João Avamileno, o prefeito de Diadema José de Filippi Júnior e os demais presentes. Nessa oportunidade queria ressaltar o trabalho que tenho acompanhado ao longo desses últimos dez anos do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, que é um exemplo. Há anos quando se discutia a lei dos Consórcios eu sempre me referia como exemplo muito positivo ao Consórcio Intermunicipal do Grande ABC que congrega ao longo de sua vida prefeitos de vários partidos, mas que tem como objetivo um partido único, o partido do ABC. Queria cumprimentar a todos os que passaram por aqui, os que infelizmente nos deixaram, mas que participaram de todo esse esforço. Esse Seminário é extremamente importante, o planejamento é na vida de cada um de nós, imprescindível, se formos analisar todos os problemas que vivenciamos aqui, todos serão por falta de planejamento e as coisas boas vieram justamente porque planejamos ao longo dos anos. Tenho acompanhado a vida da região do ABC desde que me formei, pelo menos nos últimos 45 anos, porque comecei a trabalhar aqui na Eletrocloro, viajando todos os dias, pegando o trem, convivendo com as pessoas aqui, e ao longo desse tempo vimos evoluções e evidentemente o aumento dos problemas causados exatamente pela urbanização, pela ocupação às vezes não planejada do solo. Verificamos que depois de tudo isso estamos buscando caminhos que vão fazer com que possamos viver de maneira mais feliz na região, trabalhando e criando nossos filhos, com uma vida saudável e feliz. Queria ressaltar, até porque tive oportunidade de conviver durante quatro anos, no que foi feito com o controle de enchentes. Os piscinões, que todos gostam, mas não perto de suas casas, como lombadas, ponto de ônibus, Febem, e por aí afora, mas que são necessários, e foi um trabalho fantástico. Ninguém mais lembra da terrível fotografia do paço municipal São Bernardo do Campo alagado. Ainda temos muito que fazer. Da mesma forma pelo saneamento, brigamos com a Sabesp, etc., mas tivemos evolução muito grande e hoje todos os municípios e as pessoas que vivem aqui têm água tratada, estamos avançando de forma muito rápida, não na rapidez que gostaríamos, mas de qualquer forma saímos daquele problema de tratamento de esgoto. Isso é fruto exatamente do planejamento. Ressalto que o planejamento é a única saída para podermos projetar nosso futuro. Um problema sério é o planejamento desatualizado, tão ruim quanto não ter planejamento, porque o instrumento do planejamento deve ser acompanhando a todo instante, as mudanças de cenário e daí a importância de encontros como esse. Particularmente no caso do Grande ABC tenho a oportunidade de participar de um grande novo empreendimento que é o Rodoanel, estamos trabalhando muito forte, tem gente que fala que termina no ano que vem, prefiro continuar trabalhando, perseguindo a meta contratual do nosso projeto que é concluir até 30/04/10. Já foi colocado que tudo que é apontado como solução tem contra-indicações, assim é com os remédios, se você for ler a bula provavelmente nem vai tomar o remédio, de alguma forma o Rodoanel também traz esse tipo de problema e em particular a chegada do Rodoanel sul ainda em sua fase inicial sem a complementação do trecho leste traz um problema que estamos estudando junto com o Consórcio e com os prefeitos, especialmente a prefeitura de Mauá, são obras que interessam a toda a área do ABC, com o Rodoanel chegando a Mauá, que todos dizem que teremos um grande congestionamento lá, estamos identificando o que pode ser feito, estamos na fase final de contratação do trecho leste do Rodoanel, que deve ser iniciado no final do próximo ano, e evidentemente concluído talvez em 2011 ligando Mauá, o final do trecho sul, até a Ayrton Senna e a Dutra, que vai fazer com que ele possa servir a todas as rodovias que chegam à região metropolitana. Sabemos de nossas dificuldades, infelizmente temos uma matriz de transporte extremamente inadequadas, aqui em São Paulo em particular, 90% das mercadorias são transportadas por rodovia, muito pouco por ferrovias e temos que investir, e o



governo do estado de São Paulo está fazendo bastante nessa direção, no transporte coletivo, metrô, transformação da CPTM, isso interessa em particular à região do ABC, em metrô, já que temos uma vasta rede de trens que se tivesse a mesma qualidade e eficiência do metrô seria importante para que pudéssemos atender cada vez melhor a população de São Paulo. Queria nessa oportunidade cumprimentar através do Presidente do Consórcio por mais essa iniciativa de fazer o planejamento e principalmente de que seja atualizado periodicamente, corrigindo os rumos para podermos ter futuramente um lugar cada vez melhor para nós e nossos descendentes. Obrigado e bom trabalho a todos.

Mestre de Cerimônia - Registramos e agradecemos a presença do Senhor Joel Fonseca vice-prefeito da cidade de Diadema, Gabriel Zaninello representando o Deputado Federal Frank Aguiar. Agradecemos mais uma vez as autoridades da mesa e solicitamos que ocupem seus lugares na platéia para dar continuidade a programação. O Prefeito de Santo André e Presidente do Consórcio Intermunicipal João Avamileno pede desculpas, mas por motivo de agenda terá de se ausentar, porém retornará ao término do Seminário. Ouviremos o Assessor executivo do Presidente e diretor do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC Sr. David Gomes de Souza.

David Gomes de Souza / Diretor do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC - **Farei uma pequena menção, na fala do Secretário Mauro Arce, que vem de encontro aos anseios e às discussões que o Consórcio tem realizado nesses últimos dias, continuar com nossa articulação para que efetivamente o Rodoanel traga vantagens competitivas para a região. A minha apresentação é para explicar o porquê dessa iniciativa e seu contexto para socializarmos as informações, iniciando um processo com a Sociedade Civil, esta é a grande novidade e nosso interesse, que hoje seja o início de uma série de encontros visando o planejamento e a retomada com a releitura do planejamento de 1999-2000, que em nossa opinião, depois da ditadura militar foi o primeiro planejamento estratégico não só regional, mas atualizado realizado nesse País. Com as cabeças que tínhamos não é por acaso que o Consórcio faz 18 anos, apresentaremos um pouco das ações. É bom destacar que esse Planejamento Estratégico foi realizado em especial, com algumas pessoas que se dedicaram diretamente, a Coordenadora de Projetos Regina, o Marcelo, Ronaldo, Alessandra, Marília, a empresa Quanta Consultoria que nos auxiliou e aos funcionários da prefeitura de Santo André, Secretaria de Desenvolvimento regional. No final desse ano o Consórcio completa 18 anos, é um ano atípico porque temos eleições municipais, com o término do mandato de alguns prefeitos, candidatos à reeleição, havendo portanto uma nova gestão pelos próximos quatro anos, o que pretendemos é deixar articulado algumas ações planejadas em discussão com a Sociedade Civil. A releitura do planejamento decorre da gestão pró ativa, essa é a visão que queremos deixar impressa no Consórcio. A meta histórica, atuar em favor do desenvolvimento econômico social sustentável da região articulando a política regional com a estadual e a federal, a chamada governança. A estratégia é a cooperação na esfera intergovernamental visando articular as políticas públicas setoriais, principalmente intergovernamentais. A ação integrada da Sociedade Civil organizada, o poder público, o setor empresarial, sindicato de trabalhadores, empresariais, agentes públicos, agentes políticos, empresários, as organizações do terceiro setor. Na institucionalidade regional além do Consórcio temos a Câmara do Grande ABC, e a Agência do Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, como um braço operacional do Consórcio, inclusive queria destacar isso, e à frente da Secretaria Executiva do

** As apresentações foram feitas com recurso visual - DataShow.



prefeito José Auricchio Júnior, em outra oportunidade discutimos isso e a idéia é potencializar cada vez mais essas ações. O planejamento como origem para essa discussão. Obviamente alguns de vocês já participaram do planejamento de 99-00, outros tiveram ciência e para quem não se lembra essa foi a Revista (apresenta a revista aos participantes). Na época foi um instrumento de grande importância para discussão regional, como o Mauro Arce falou, as coisas aconteceram porque houve planejamento, havia discussão com participação ativa dos atores sociais. Definição de um projeto sistêmico do desenvolvimento local, onde o planejamento consistia em dez anos. Estamos às portas desses dez anos. A metodologia pressupunha a interação com as entidades organizadas, com participação direta de mais de 300 pessoas na concepção, representantes dos executivos e legislativos municipais, governo do estado e a Sociedade Civil organizada com mais de 100 entidades. Como disse o prefeito de Santo André João Avamileno, como destaque, porque essa será nossa matriz, iniciando o processo de discussões e debates, temos os sete eixos estruturados, e os grupos de trabalho (GT) a partir dessa retomada essa nova gestão com o prefeito João Avamileno à frente do Consórcio, o grupo de trabalho da educação, sustentabilidade das áreas de mananciais, meio ambiente, acessibilidade e infra-estrutura, logística regional, que foi retomado, tendo como foco atualmente o Rodoanel, entre outras ações, que serão apresentadas hoje inclusive dentro desse tema, em especial do grupo técnico apoiando essa discussão do uso de solo e zoneamento e o da macrodrenagem, com uma discussão dentro dos pisciões já falados, onde já foi assinado inclusive ordem de serviço para limpeza desses pisciões, estando em um processo para fazer com que eles efetivamente sirvam seu papel, identificação e fortalecimento das cadeias produtivas, o grupo de trabalho petroquímica e plástico, coordenado pelo nosso presidente, turismo regional onde recentemente recebemos recursos do governo federal, estando em processo de licitação a contratação da empresa que irá elaborar um plano de turismo regional, grupo de trabalho de desenvolvimento urbano, ambiente urbano de qualidade, e dentro do eixo estruturante 6, identidade regional e estruturas institucionais, grupo de trabalho modernização administrativa, política tributária, eixo estruturante 7 de inclusão social com um grande número de GTs, destacando saúde, a inclusão social, pessoa com deficiência, o movimento social criança prioridade um, segurança pública, inclusão social, esportes, juventude, trabalho e renda, gênero e raça, casa abrigo regional inclusive com recursos da prefeitura comandada por um subgrupo específico na região do ABC. Resgatando algumas realizações do Consórcio, até para que possamos entender sua importância no contexto, quando eu falar Consórcio gostaria que vocês entendessem Consórcio-Câmara e Agências que são as instituições regionais: plano de macrodrenagem, como já foi dito e parabenizar, os hospitais, o movimento de alfabetização de adultos, o movimento criança prioridade um, esse inclusive sendo um projeto premiado, projeto casa abrigo regional que atende as mulheres vítimas de violência, políticas públicas de ações voltadas pessoas com deficiência, ações de fortalecimento da segurança pública, recém retomado, ações com os agentes de segurança pública, discussão e implantação do trecho sul do Rodoanel, expansão do pólo petroquímico, com uma longa discussão e com grande êxito, criação e instalação da Universidade federal do Grande ABC, outro grande ganho enorme da região que não tinha antes uma Universidade federal, que foi efetivamente um ganho através do governo Lula, e também com as FATECs do governo do estado, ampliando-as em nossa região, a liberação de recursos ao coletor tronco, implantação do posto do BNDES na Agência do Desenvolvimento, a aprovação das leis do Consórcio público, e destacado pelo Mauro Arce, em discussão atualmente no Consórcio, em processo com os prefeitos para esses encaminhamentos. Resgatando alguns dos temas do Planejamento Regional Estratégico, em



três momentos, com uma leitura rápida, para vermos como estão em relação à hoje. Na questão do tráfego viário, circulação e transporte dentro do eixo estruturante 3, o que estamos falando, pedindo e que é hoje, com a preocupação que inaugurado o Rodoanel na alça de acesso na Papa João XXIII se não houver as obras de acesso necessárias, vamos criar um nó urbano, e em 99 já falávamos isso, inclusive foi colocado até com os valores. Água de reuso, o Jorge Rosa da Petroquímica União deve fazer uma apresentação e eu gostaria que fosse mencionado como está essa discussão, concluída e assinada com a Sabesp, e ampliada para que outras empresas possam utilizar a água de reuso, inclusive condomínios, que em 99 estava no planejamento. Macrodrenagem, falamos dos piscinões, são 18 e mais dois em construção, na época tínhamos o problema das enchentes e agora temos a discussão das obras realizadas. Nesse momento temos uma obra realizada, uma em andamento e uma que não foi iniciada, ainda não foi fechada a articulação, e tem a previsão da alça de acesso. Então essa é uma revisão desse planejamento e esse fundamento é essa consulta à Sociedade Civil para fazermos um pacto elegendo as prioridades de curto, médio e longo prazo tendo em vista esse documento elaborado em 99 para os nossos próximos horizontes. Hoje estamos fazendo uma releitura do planejamento, repactuando para a partir daí, continuar a representar as reivindicações legítimas da população, e por isso é importante a participação da sociedade e também para os encaminhamentos, que já temos contribuições significativas que vamos colocar ao longo dessa manhã. Os elementos que devem constar do planejamento, continuidade dos projetos em desenvolvimento e fomento para as ações nas áreas de políticas para a juventude tem demandas que chegam até nós, criança e adolescente, qualificação profissional, oportunidade de trabalho para jovens para o primeiro emprego, fortalecimento da cultura, esporte, atividades de gênero e raça, direito as pessoas com deficiência, elaboração do planejamento regional, que estamos em desenvolvimento, identificação das situações proveniente do Rodoanel, contratamos uma empresa e estamos concluindo isso e devemos falar com o governador na segunda quinzena de abril, levando nossa proposta, organização de um sistema regional de informações, depois vou falar um pouco disso, mas o Consórcio passará a ser um prestador de serviços, tendo as informações sócio-econômicas disponível para todo o Grande ABC e para todos.

Enviamos o questionário para 341 entidades responsáveis pela Sociedade Civil, agentes políticos. As prioridades serão apresentadas no Seminário e debatidas, almejando que esse consenso ampare e legitime as ações do Consórcio no curto, médio e longo prazo, a partir dessa discussão.

Nosso cronograma, 11 e 12/03 envio da correspondência dos questionários, via e-mail, a partir de 17/3 as entidades receberam uma senha e remeteram as respostas no site, 25 foi o prazo máximo para retorno das sugestões, 27 reunião da Coordenação executiva da Câmara do Grande ABC, 04/04 o Seminário. Nós fomos olhar o regimento da Câmara que prevê uma reunião mensal com a coordenação executiva da Câmara e já estou apresentando essa proposta e ao final gostaria que incorporada pela sociedade para que possamos rever os participantes da Câmara e com esses encontros não só cumprimos o regimento, mas que seja a ferramenta da discussão do planejamento que culminara ao final do ano com um Seminário Internacional de cooperação regional, bem como as apresentações no debate de hoje. Em seguida o Sinoel vai nos falar da metodologia do questionário e depois haverá a exposição por eixos temáticos resgatando o planejamento, atualizando com a apresentação rápida de cinco a dez minutos de cada um.



Eixo estruturante 1 - Educação e Tecnologia, expositor: Luiz Roberto Alves (Universidade Metodista). Eixo estruturante 2 - Sustentabilidade das Áreas de Mananciais, expositor: Marcelo Liochi (Consórcio Intermunicipal). Eixo estruturante 3 - Acessibilidade e Infra-estrutura, expositor: Jorge Rosa (PQU). Eixo estruturante 4 - Diversificação e Fortalecimento das Cadeias Produtivas, expositor: Fausto Cestari (Agência de Desenvolvimento grande ABC). Eixo estruturante 5 - Ambiente Urbano de Qualidade, expositor: Mário Reali (Deputado Estadual). Eixo estruturante 6 - Identidade Regional e Estruturas Institucionais, expositor: Regina Reis (Consórcio Intermunicipal). Eixo estruturante 7 - Inclusão Social, expositor: Marlene Zola (PMSBC). Em seguida o debate e a eleição das prioridades, intervalo para café e na volta, o SENAC fará uma apresentação institucional, aproveito para agradecer a eles pelo espaço cedido. Retomando os trabalhos, os debates, propostas e a participação elegendo as prioridades com apresentação do documento do Seminário, será entregue ao Presidente do Consórcio o prefeito João Avamileno, que levará ao Conselho dos prefeitos para ratificar. Evidentemente esse Seminário é um pontapé inicial e esperamos um espírito democrático e participativo para uma objetividade, concluindo na manhã de hoje a proposta apresentada, é o que esperamos. Agradeço mais uma vez a presença de todos e espero que a manhã de hoje seja produtiva.

Mestre de Cerimônia - Nesse momento teremos a apresentação da dinâmica do Seminário, por Sinoel Batista que irá apresentação a metodologia e síntese das prioridades que emergiam da pesquisa.

Exposição dos Especialistas por Eixo Temático do Planejamento.

Sinoel Batista - Cumprimento a todos e todas as presentes, também o David e já dizendo que foi apresentado boa parte da metodologia da tabulação, das informações. Brevemente, a primeira coisa é uma matéria-prima meio escassa, o tempo, que é razoavelmente curto, em função disso toda estratégia teve de ser adequada para percorrer um caminho que não é tão pequeno, que é de organizar o questionário, preparar para as impressões, sensibilizar e esclarecer dúvidas, sistematizar os dados, organizar, para que ficasse pronto para reunião de hoje. Essas atividades, como o David já apresentou, começaram no dia 11/03 com 341 Instituições recebendo o questionário, dentro do caderno técnico têm essa relação das Instituições. É importante que todos peguem o caderno técnico. Essas instituições foram convidadas no primeiro momento por e-mail, recebendo a carta assinada pelo prefeito e o David, fazendo uma boa apresentação do histórico do planejamento estratégico do Consórcio com a experiência de 1999-2000, apresentando a experiência dos eixos temáticos solicitando que as Instituições fornecessem em suas respostas uma indicação de prioridade em cada um dos eixos temáticos no curto, médio, e longo prazo, escolhendo entre o sete eixos temáticos uma resposta, por exemplo, para o curto prazo e assim por diante. No caderno técnico também temos a localização territorial dessas Instituições nos municípios do Grande ABCD, Diadema 7%, Mauá 7%, Ribeirão Pires 3,8%, Rio Grande da serra 2%, Santo André 30%, São Bernardo 38%, São Caetano do Sul 9% e algumas de São Paulo com menos de 2%. Em outra tabela ao lado a distribuição por segmentos, agente políticos, serviços, empresas e assim por diante. Enviado o questionário por e-mail e por correio, via telefone confirmamos se haviam recebido, para todas as instituições, se tinham dúvidas e em havendo a profissional estava capacitada para esclarecer essas dúvidas, e se não fosse possível no momento outro especialista do Consórcio esclarecia procurando identificar e monitorando quem seria a



pessoa que responderia o questionário, porque muitas vezes ele vai para a mais alta autoridade mas quem responde é um técnico. Das respostas que chegaram identificamos que a maior parte não fez só uma indicação para o curto, médio e longo prazo, fizeram várias indicações, o que causou problemas na hora de fazer tabulação, e evitamos a todo custo intervir na qualidade das respostas, não fazendo nenhum juízo de valor, em especial do conteúdo da redação, clareza de idéias, agrupando todas as respostas em processo de tabulação por um método de identificar palavras chaves identificando o tema, onde ele se enquadrava, em qual política pública. Olhando para os sete eixos estruturantes identificamos onde a palavra chave se encaixava, e foi possível montar três tabelas para o curto, médio e longo prazo ou de temas prioritários em curto prazo por eixo estruturante, as de médio e também as de longo prazo. Uma coisa que chama muita atenção e é as prioridades indicadas para o curto, médio e longo prazo está no eixo 7 Inclusão social, no curto prazo quase com 27% da determinação das ações, médio 27,2% e longo 28,7% o que demonstra um pouco da fala do prefeito João Avamileno e do prefeito Filippi que esta região é absolutamente povoada de conflitos, uma região rica mas que ao mesmo tempo uma das grandes demandas é a questão social. O próximo trabalho foi olhar para o planejamento de 2000, os atores que participaram lá atrás e que são atores ainda hoje com um especialista para que pudesse olhar para essas respostas tecendo considerações para provocar o debate de agora. Imediatamente agora passamos para a exposição. Obrigado.

Mestre de Cerimônia - Agradecemos também a presença da Maria Rita Serrano Presidente do Sindicato dos bancários do ABC, Deputado Estadual Mário Reali, Simone Orati Secretária de Esporte, cultura e lazer da prefeitura de Santo André, Sivaldo Silva Pereira Vice-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Everaldo Coelho da Silva Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal. Passamos a palavra para Luiz Roberto Alves, professor e pesquisador da Universidade Metodista e da Cátedra Celso Daniel.

David - Enquanto ele chega, já combinei com que o pessoal da Cátedra professor Celso Daniel realizará um Seminário dias 27-29/05, em um material que já foi entregue para vocês, que é uma das atividades que já estaremos incorporando no planejamento, terá também outras, fui também procurado pela UNIABC, e também falei com o pessoal do IMES, e de outras Universidades, e a idéia é fazer com que essas discussões que tenham amplitudes regionais sejam incorporadas nessa releitura do planejamento estratégico.

Luiz Roberto Alves / Professor e pesquisador da Universidade Metodista e Cátedra Celso Daniel - Bom dia a todos e a todas, em especial aqueles e aquelas que estiveram desde 90 construindo essa memória ativa e cheia de ações e que hoje estão na reunião, que aqueles e aquelas que estão chegando e que podem interpretar e render a esse projeto de construção coletiva que se deu nesse programa e projeto de construção coletiva do Grande ABC, e trazer e refletir, embora brevemente, sobre educação e tecnologia em uma releitura de 2008 das ações, de desejos e projetos. O plano estratégico de 99-00 tinha como subtítulo "A região encontra soluções." Sinto que o conceito de soluções que se tinha naquela época não era propriamente que chegássemos a realizar tudo, mas que construíssemos uma dinâmica de consenso na diversidade regional e conseqüentemente de fato estaríamos construindo uma nova consciência política. O que se esperava para pensar a questão de educação e tecnologia? Observava-se que havia uma evidente e dramática massa crítica. O EE Educação e tecnologia foi criado porque entendeu-se como de extrema importância a qualificação de alto nível para



as evidentes novas relações de trabalho e para a produção de conhecimento e de bens, consequentemente entendeu-se que qualidade educacional, também cultural, é que definiria o rumo da região. Uma pergunta que tivemos de fazer, "Para onde vai o Grande ABC?", ou seria um cenário de ilhas de modernidade, e não mais que isso, pior, talvez ilhas de modernidade, ou poderia ser a construção da chamada cidade Grande ABC, regida por governança compartilhada que se inicia na modernidade metropolitana de modo ousado, mas com base nas relações sociais e econômicas de equidade e justiça. Portanto para o EE Educação e tecnologia naquele momento pensou-se desde alfabetização até Universidade federal e destacou a articulação de um sistema regional de educação, a expansão qualitativa da educação tecnológica-profissional, relação entre educação e demais políticas sociais, bem como o aprofundamento sistemático da pesquisa científico-tecnológico. Para isso seriam necessários os compromissos de toda governança regional com investimentos municipais, estaduais e federais bem como o fomento de instituições econômicas e científicas do Brasil. Também foi destacado ali a leitura de texto e intertexto em estreita relação entre o conhecimento científico e tecnológico, arranjos produtivos dos mais diversos, não só os contemporâneos, mas também os antigos, como movelaria por exemplo e uma formação excelente da juventude, que é uma espécie de obsessão de toda reflexão tecnológica e educacional do texto construído em 99-00. Tais metas evidentemente privilegiam a construção de programas e fluxos precisos sistematicamente avaliados pelos diversos atores regionais. Nessa leitura, interessante, algumas de nossas obsessões continuam, as obsessões fundamentais graças a Deus fundamentalmente continuam, por isso a despeito da aparente fragmentação das propostas feitas nesse momento uma leitura atenta estimula a pensar em três situações, de curto, médio e longo prazo, reproduzindo, refletindo e retomando e buscando, portanto a construção de algo orgânico a partir de agora em educação para o Grande ABC. Gostaria de destacar, invento duas palavras, me parecem resultado daquilo que leio, de idéias, propostas e desejos que são colocados nos textos respostas, tento interpretar, ler e reler as propostas de curto prazo: construção e implementação de ações regionais articuladas com vista ao desenvolvimento do aprendizado tecnológico-profissional da juventude, ampliação das diversas formas de acesso à educação, para superar as muitas formas de exclusão, ampliação da educação continuada do magistério, integração entre educação-saúde-meio ambiente e parcerias institucionais para estudos de gestão. Todas as ações deveriam ser acompanhadas por indicadores de qualidade construídos regionalmente para esse fim. Destaco a idéia de curto prazo para ações, o meio prazo para programas e longo prazo para sistemas. No médio prazo, evidentemente estou sintetizando, construir, implementar programas regionais de qualidade do ensino fundamental e médio, especialmente em educação tecnológica de inclusão digital, de integração à cultura e ao lazer bem como o desenvolvimento de uma ética social no campo da educação e da juventude. No longo prazo construção e implementação de um sistema regional de educação capaz de articular os diversos níveis e graus de educação, horizontal e vertical, e garantir qualidade e continuidade e educacionais. Para tanto também se deve considerar as vocações regionais para articulação de novos cursos de educação superior. Passo para o David, agradeço muito e creio ter representado, feito uma leitura digna dos nossos desejos que se engatam com profundidade ao do peso anterior e não só o resgate mas com efetivo avanço naquilo que como diria o Paulo Freire em educação pode não resolver tudo, mas sem ela talvez não possamos fazer nada. Obrigado.

David - O Marcelo está no Consórcio, é técnico, têm participação ativa atuando na área. Marcelo vou ser um pouco rigoroso no tempo para depois podermos repactuar nosso



planejamento, sei que ele confeccionou 52 slides mais vou pedir isso.

Marcelo Liochi / Assistente de Coordenação do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC - Bom dia. Gostaria primeiramente de agradecer pela oportunidade de poder explanar sobre o EE2 - Sustentabilidade nas Áreas de Mananciais. Contextualizando temos 56% do território de 842 km quadrados, situados em APRM-Área de proteção e recuperação dos mananciais, nessa área em verde ali. Quais são as principais diretrizes, nas caracterizações que sempre temos que estar atentos: produção de água e em função dela darmos pela compensação dessas áreas de produção de água, atividades compatíveis que não sejam impactantes nem em média e grande escala, e melhorias de saneamento e habitação, uma vez que tivemos a lei de proteção de mananciais da década de 70 que infelizmente dizia que não, mas não dizia como, temos então que cuidar desse passivo e no próximo a Recuperação de passivos ambientais; e a partir desse momento trabalharmos eficazmente coordenada e integradamente na Fiscalização, Monitoramento, Controle Uso e Proteção. Dentro do planejamento estratégico de 2000 foram elencados três programas. Uso e proteção com subprogramas regulamentação, compensações, habitação de interesse social, marketing do ponto de vista de atividades compatíveis com nossas áreas, lazer, esporte e cultura, o banco de dados e sistema de informação geográfica. Outro programa foi o projeto Billings referindo-se mais especificamente na recuperação das áreas degradadas, educação ambiental ampla e eficaz e a fiscalização, controle monitoramento dessas áreas. Legislação, no terceiro programa, convênios e estruturas institucionais, com adequação das legislações, municipais, estaduais, a Agência de bacia e Agência regional ambiental e a capacitação na gestão ambiental. Dentro do programa de uso e proteção teria o estabelecimento e regulamentação de alternativas para o desenvolvimento sustentável contando com indicadores, para podermos medir e avaliar sabendo se funcionou, se progrediu e quais forem os acontecimentos. O montante de recursos investidos, levantamento aerofotogramétrico da área da região, consultoria independente, empreendimentos viabilizados, número de atividade geradas de empregos gerados. Compensação, se há ou não, pela produção de água e serviços ambientais prestados, pelo sistema implantado, que permite que avaliemos isso, o número de acordos realizados, o índice de passivo ambiental, ter projeto ou lei no decreto estadual e aprovada em respectiva dotação orçamentária. Depois vou falar quais são os resultados. Os outros três subprogramas é o da habitação de interesse social, por número de habitações construídas, número de áreas identificadas. O marketing, número de perspectivas econômicas identificados e implementadas compatíveis com essas áreas e a criação de um banco de dados de sistema de informações geográficas que já mencionei e que está em curso, está em elaboração. No outro programa do projeto Billings dentro da educação ambiental, o número de programas implantados, número de alunos e população atingida. Fiscalização e controle monitoramento ambiental, ter sistema criado e operante para toda a área de manancial, número de convênios assinados, ter sido criado ou políticas implantadas, levantamento, grau de contaminação e/ou degradação. O último subprograma é remediação e extração das áreas contaminadas e/ou degradadas, o grau de potabilidade d'água, a relação entre o volume de efluente produzidos na bacia e o volume tratado e exportado, e a desocupação das áreas de primeira categoria. Pôr fim a adequação da legislação, legislação municipal e estadual adequadas e sustentabilidade, tendo uma lei aprovada, depois vou comentar sobre a Lei Específica. Da Agência, ter a Agência metropolitana da bacia implantada e respectiva gerência regional ambiental. Capacitação na gestão ambiental e o número de agentes capacitados. Os acordos relacionados com esses eixos estruturante, nove acordos, com dois tipos dos que foram firmados, os que já estão encerrados, concluídos ou em desdobramento e com os acordos vigentes. Dos



encerrados ou concluídos um de 97, o Plano de ação para revisão da lei N° 9472 com a legislação para compatibilizar as atividades econômicas com a proteção aos mananciais para não ficarmos excluídos de desenvolvimento econômico tradicional, havendo essa adequação, temos então em vigor a lei 9866/97 como resultado e foi concluído o acordo. Em 98 os efluentes hídricos com compromissos para buscar soluções visando a recuperação e preservação da qualidade do manancial, que teve desdobramento se tornando em jan/00 o coletor tronco que depois vou citar. Em jan/00 programa de recuperação ambiental da bacia Billings, com a criação de um GT muito atuante com participação e apoio da sociedade civil que também ter desdobramento. Dos acordos vigentes, em janeiro de 2000 o coletor tronco o atual status dele que já chegou na estação de bombeamento, já inaugurado e pronto em Ribeirão Pires, que está em fase de conclusão e que vai conduzir e afastar esse esgoto principalmente da região dos dois municípios com a área em 100% na região dos mananciais para tratamento na ETE ABC. Fev/04 metodologia de negociação visando a conclusão do sistema de coleta e tratamento de esgoto, está em vigor, para a retomada da câmara regional e que envolve a Sabesp principalmente. O sistema integrado de fiscalização, controle e licenciamento, que além de ser contemplado pelo programa mananciais dentro das ações do eixo estruturante também temos a iniciativa de ser integrado em um acordo com o governo de estado com município de São Paulo que se chama Mananciais Sul, integrando todos os agentes fiscalizadores de monitoramento e controle que atuam na região. Em fev/04 o sistema de compensação financeira na área de proteção de mananciais, como vocês sabem a lei 9146 não foi regulamentada, que previa a compensação financeira para os municípios produtores de água, e por não ter sido regulamentado os municípios que hoje mais precisam dela, que estão 100% dentro da área de mananciais, não são remunerados por isso e isso tem tudo a ver com a questão da conservação e que precisa ou ser regulamentada ou para termos a readequação dessa lei. O PDPA e a Lei Específica da bacia Billings-Tamanduateí, essa Lei Específica já se encontra na Assessoria institucional e jurídica da Secretaria do meio ambiente e a caminho da Assembléia, já temos boas perspectivas de aprová-la ainda esse ano. Por final a implementação do programa de saneamento ambiental dos mananciais do Alto Tietê dentro da bacia hidrográfica Billings também em parte atendido pelo programa Mananciais. Falando das ações efetivas que aconteceram para citar algumas, foram muitas, individuais dos municípios, regionalizadas pelo Consórcio: Programa lixo e cidadania que se iniciou até antes do planejamento regional estratégico em 98, com o fechamento do lixão do Alvarenga em 2000/01, um dos grandes vetores da desocupação e despoluição da Billings, programa bairro ecológico de São Bernardo, programa mananciais, programa de gestão e área participativa dos mananciais, plano atualmente em execução com a JICA em São Bernardo, em toda a bacia, ações do SEMASA que muito nos orgulha por estar na região e ser a única autarquia com total delegação o para licenciamento em todo o estado de São Paulo e em todos as suas ações que vêm tomando desde o ano de 2000, algumas ações como as de Ribeirão Pires, outras que estão com o fortalecimento das cooperativas, o Vida Limpa de São Bernardo e o de Diadema que foi o primeiro município a conseguir remunerar seus catadores com o próprio orçamento público destinado aos resíduos, projeto Agir em Mauá, que é recente, e os estudos que foram feitos desde então com a participação da sociedade civil, ISA promoveu Billings/2000, 2002 e 2006 e de maneira participativa a elaboração e análise das áreas de ocupação da Billings, calibração do sistema relacional que trata das cargas poluidoras da Billings pela Prime, as áreas de intervenções que criou a Lei Específica da Billings, lá atrás ainda a elaboração das diretrizes para o PDPA mas que infelizmente, está em vermelho ainda não temos elaborado, é um desafio que temos. Terminando com a Lei Específica, que levou dez anos, teve



participação massiva e está na Assembléia para discutirmos fazendo com que ela tenha efeito efetivo nas ações implementadas. Obrigado.

Mestre de Cerimônia - Agradecendo a presença da Cida Trajano Presidente do Sindicato das Costureiras do ABC e representante da secretaria da mulher trabalhadora do estado de São Paulo. Convidamos para falar sobre acessibilidade e infra-estrutura o expositor Jorge Rosa gerente da PQU.

Jorge Rosa - Bom dia a todos. Rapidamente, vou mostrar alguns projetos definidos em 99-00 apresentando a maioria dos que tiveram sucesso na implantação. Mostrando que há dez anos já tinham uma idéia bastante clara dos problemas que tínhamos. Tinha a questão do tráfego, implantando o trecho sul do Rodoanel, um dos itens do planejamento estratégico, sua implantação, em abril/2010 estará pronto, mas na época não tinha aquela saída para Mauá, então está em implantação, foi pensado também na integração da Avenida Papa XXIII com a Avenida do Estado, a duplicação do viaduto JK, que já está definido que terá, fazendo parte dos projetos Rodoanel e a questão da ligação com a Avenida do Estado está em plena discussão, para se ter acesso da Avenida do Estado ao Rodoanel, e de outro projeto que foi negociado e está em andamento, que é a questão da extensão da Jacú Pêssego, ligando o aeroporto na região de Guarulhos até o ABC e na seqüência ao porto de Santos, e esse projeto está sendo licitado, segundo o governo do estado sai junto com o Rodoanel, então teremos essa integração com Guarulhos e enquanto o trecho leste do Rodoanel não estiver implementado será uma alternativa. Esses dois projetos podem trazer problemas momentâneos e daí essa necessidade de interligação com a Avenida do Estado e a execução do trecho leste. A questão do Ferroanel, que está em estudo, tanto o trecho sul como o norte, que é necessário para você manter o texto de cargas para não ter que passar pelos municípios do ABC e de São Paulo. Melhoria das estações ferroviárias, tendo também o metrô, um trem suburbano de qualidade e no que está em andamento pelo governo do estado é o trem expresso a Mauá/São Paulo com previsão inicial para 2010, exigindo a construção de mais uma linha entre São Paulo/Santo André e mais duas entre Santo André-Mauá criando o trem expresso com duas linhas, ida e volta e um trem com as paradas normais. Também está em desenvolvimento e deve estar pronto em 2010, a segregação do trem de carga, porque hoje ele compartilha os trilhos com o trem normal, o que traz uma série de problemas tanto para os passageiros normais como para as cargas, porque os horários muito limitados e também quando um trem de carga entra na linha do trem de passageiros dá problemas de ordem técnica porque desalinha os trilhos, esse projeto está em implantação pela MRS, que tem a concessão de trens de carga e deve ficar pronto em 2009-10. Esses são os projetos previstos naquela época e quase todos estão aprovados, em andamento e implantação. Na parte de macrodrenagem, criação dos piscinões, o que alivia bastante, embora tivemos há quase um mês atrás uma enchente razoável, mas sem eles ela seria muito pior. Agora, não basta construí-los, tem que se fazer a manutenção, que precisa ser bem discutida porque não está sendo muito adequada. Água de reuso, aquela época já se falava disso, é um projeto que o pólo petroquímico está tocando, ambientalmente ele tem que ser levado em frente. Água de reuso é um nome muito amplo porque tem várias qualidades de água, mas é pegar o esgoto tratado em uma estação de tratamento de esgotos fazendo tratamentos adicionais para ser usado com água industrial. O projeto já está bastante avançado por nós, já temos a engenharia básica pronta, junto com a Sabesp, mas é difícil fazer um projeto em uma região tão densamente ocupada, achando o encaminhamento para fazer a tubulação na divisa entre São Paulo e São Caetano em Heliópolis, e é uma tubulação grande, e para achar esse espaço



foram quase dois anos, boa parte será por dentro da ferrovia, em São Caetano tem que sair para a rua, no final de Santo André pela Avenida do estado, o traçado também está discutido, financiamento pelo BNDES equacionado, falta a questão de algumas empresas para participação, por exemplo no caso da Petrobrás. Esse projeto originalmente previa o suprimento de água para o Pólo, mas em discussões mais aprofundadas com a Sabesp acabou sendo ampliado, onde estamos negociando para fazermos sangramentos na tubulação ao longo de Heliópolis/Capuava de maneira em que por onde os municípios em que vai atravessar, possam também utilizar água de reuso tanto para as indústrias locais especialmente ao longo da ferrovia, como até mesmo para condomínios, aumentando o uso. Nessa linha da água de reuso também tem o projeto de Mauá, próprio da Ecosama, está em negociação à construção desse projeto e também uma ligação com o uso do Pólo, um projeto definido para ser feito e já tem investimentos, a licença ambiental também, é questão de definirmos quando começa. Naquela época também, não participava diretamente, mas fazia parte de um grupo de trabalho, e havia a idéia de geração de energia termelétrica, só para dar exemplo de projetos que não foram em frente, é questionável se deveria ir em frente, para gerar energia elétrica em uma região tão densamente povoada, mas ele não foi em frente por falta de viabilidade. Reciclagem, as prefeituras estão tratando de equacionar a questão dos resíduos sólidos e estão implantando esses projetos. Só para ter uma idéia e eu já fico bastante satisfeito de ter participado há dez anos quando já se previam projetos que já foram implantados e que são necessários para que tenhamos uma vida mais organizada e de qualidade na região. Os que estão em implantação são determinados e agora temos que pensar e mesmo nos em implantação não estão equacionado, ainda urge isso, e novas identificações tem que ser feitas acho que esse é o objetivo desse planejamento estratégico para irmos de novo à luta para implementarmos esses projetos. Obrigado.

Mestre de Cerimônia - Agradecemos também a participação de Roseli Dias Brandão na Secretaria da mulher e Diretora Estadual Suplente da força sindical. Passamos para o David.

David - Vamos repactuar a nossa programação, paramos para o café e continuamos depois? Quem pára para o café levanta a mão. Quem não para? Vamos continuar então e podemos correr um pouco mais e quem quiser tomar café e ir ao banheiro da uma saída rápida. Obrigado.

Fausto Cestari / Agência de Desenvolvimento Econômico Grande ABC - Bom dia a todos. Em nome do David quero parabenizar o Consórcio, o prefeito pela iniciativa. Rapidamente falando da Agência. Uma criação do planejamento estratégico regional, saindo da Câmara regional em 98 como uma forma de tratar o desenvolvimento com a visão mais ampla, sistêmica, estratégica. Nós temos sete municípios através do Consórcio, com seis grupos e com atores econômicos diversos. Fazemos dez anos esse ano e é uma iniciativa pioneira na região e em todo país. Vale a pena voltarmos um pouco avaliando a conjuntura onde foram construídas as propostas ou em que contexto. Primeiro, ha dez anos planejamento era uma coisa que permitia ser feito tecnicamente olhando para o passado, como era nosso desempenho no passado e acrescentar eventualmente a partir do passado algumas coisas que a gente queria fazer de novo, olhando as informações, a atualidade dela construindo cenários, naquela época em que pese ser uma era de informação tínhamos uma estabilidade do que temos hoje, a velocidade das mudanças hoje é muito mais rápida. Segundo a globalização, já tínhamos alguns efeitos, mas não era tão intensa como vemos hoje, nem a China nem a Índia eram pautas em 98, e hoje nos batem à porta todo dia. Vivíamos uma situação particularmente no ABC como pioneira do desenvolvimento industrial, sofrendo as principais conseqüências



do País, talvez sendo uma das regiões que mais sofreu em função do modelo e da atividade industrial que o mundo todo começou a viver dez anos antes e que no País nós começamos a tomar contato de forma mais clara em 90. Com mudanças significativas onde as empresas ficaram mais móveis, leves, uma série de coisas que eram pautas da atividade industrial deixaram de ser no conceito de indústria expandida criando uma série de serviços de valor agregado que antes faziam parte da estrutura industrial, ou seja em um contexto de transformação onde ainda não tínhamos entendido o que era e com uma discussão regional muito forte de quem era o culpado, se era a desindustrialização, o êxodo, ninguém sabia exatamente o que estava acontecendo. Mas com certeza por falta do planejamento prévio. Vínhamos de uma época onde as coisas aconteciam e nós reagíamos, não tínhamos atitude pró ativa e felizmente estamos aqui hoje invertendo um pouco essa sistemática. No eixo estruturante Diversificação e fortalecimento das cadeias produtivas na verdade seus subprogramas avançaram no terceiro setor, no comércio e para outros temas, então o programa principal era o apoio à indústria petroquímica, e as ações estratégicas que foram desenhadas tem sua seqüência de ação, mas na sua forma principal, em vermelho, aquela foi sugerida agora dentro da pesquisa que vocês fizeram, para avaliar se há conflitos ou eventualmente concordâncias. Rapidamente no status de 2000, nesse assunto, apoiou a indústria petroquímica, está em andamento, no amarelo mostra que está em evolução o que nos permite dizer que deve ser um tema a ser mantido na pauta por conta de que vem uma sugestão atual de fortalecimento e de manutenção da cadeia produtiva. Naqueles temas tratavam especialmente de viabilizar uma maior competitividade das empresas do Pólo Petroquímico de São Paulo e, desta forma, permitir a sua continuidade na Região do Grande ABC, bem como sua ampliação através da expansão da PQU e de todo o Pólo. Porque naquela época havia a ameaça de que o Pólo petroquímico podia deixar a região. Aconteceram coisas significativas como a lei de zoneamento da região toda que permitiu a revisão da lei de zoneamento e a possibilidade de expansão do Pólo, além das do seu limite. A mudança do perfil do nafta com um trabalho fortíssimo junto à presidência da Petrobrás para que tivéssemos produtos comercialmente mais adequados e que estimulassem a cadeia de transformação do plástico, e mais recentemente, relevante a participação do ICMS, com a redução da sua alíquota, em que pese não estar dando todos os frutos que esperávamos em termos competitivos, o que falta é uma boa regulamentação, mas o ponto de partida está dado, precisamos continuar mantendo a pressão. Outra coisa importantíssima, não só nossa corrida da região em função do pólo petroquímico, mas na participação da PQU e todas empresas do Pólo na vida da sociedade, eu diria que é um dos segmentos que mais se compromete no nosso cotidiano, sejam eles os mais diversos. Apoio à Indústria de transferência de Resinas Plásticas, a partir da Suzano petroquímica e outros fatores financiadores, mais as ações da Agência e do Sebrae ter instituído o arranjo produtivo do plástico, com 600 empresas de transformação que hoje estão sendo mapeadas por um estudo recente, já integrados em um arranjo produtivo local e que vem trazendo melhorias significativas nessa área e portanto sua manutenção é perfeitamente justificável. Apoio à Indústria Moveleira, também temos um pólo moveleiro que transcendeu São Bernardo, temos uma incubadora do setor e o entrosamento dela com o desenvolvimento de novos materiais e ações diretas, são segmentos que efetivamente precisamos reavaliar, até em vista daquilo que já representou no passado e com certeza não deverá manter a mesma pujança que já manteve. Fortalecimento do Setor Terciário, talvez seja o que andamos menos, mas fizemos um sem-número de ações por conta principalmente das Associações comerciais, com a criação de duas cooperativas de créditos, coisa inovadora no País uma pelo ACISA e outra pelo CIESP, com indicadores de consumo, de crédito, e ainda tem muitas coisas para



fazer. As associações comerciais se reúnem periodicamente no nível regional para tratar dos assuntos comuns no interesse da sete cidades, como trabalho de compartilhamento mas temos ainda muita coisa para fazer. Nas prefeituras o diagnóstico das regiões degradadas do comércio para sua recuperação, feito em parceria com as associações comerciais e do setor privado no sentido de rever e aqui talvez a grande contribuição, fosse talvez uma visão com um programa de caráter regional porque temos uma série de ações pontuais muito competentes e qualificadas mas talvez tivesse que montar uma gestão, vamos dizer com uma visão sistêmica, atuando na complementaridade dessas ações. Nas contribuições que foram dadas agora para o programa regional integrado de fortalecimento do comércio varejista, instalação de GT Tecnologia da informação TI e Telecom a exemplo do Consórcio com o grupo de trabalho Químico e petroquímico e a instalação do GT Serviços, muito pela relevância que os serviços têm participado na economia, e cada vez maior, dos nossos municípios. No turismo regional, temos um sem-número, o que podemos dizer, não é uma área que tenho tanto domínio, mas já temos uma série de iniciativas e a mais recente é o apoio do governo federal o Convention Bureau já implantado por São Bernardo e o catálogo de turismo, recuperando uma série de pontos críticos relevantes, Serra do mar, igrejas, Vera Cruz, justificando perfeitamente o aprofundamento e a manutenção do tema. O grande ABC tornar-se um pólo de referência em Eco turismo, processo crescente, implantação do centro turístico de negócios, implantar um calendário regional do turismo com ampla divulgação nos meios de comunicação. Desenvolver infra-estrutura para o estabelecimento do turismo regional. Apoio a outras cadeias, gráfica, uma cadeia relevante, fortalecendo o setor metal-mecânico, com a instalação do grupo de trabalho Automobilístico/Metal Mecânico, tratando de uma outra área importante que é a de manutenção e serviços, com empresas de manutenção, que estão dispersas e desorganizados e talvez tenhamos a possibilidade de fazer um bom trabalho. Relembrando a participação importante das Universidades e temos que resolver uma questão fundamental onde os objetivos da sociedade nem sempre coincidem com os objetivos da Universidade, fazer às vezes o Paper, a Pós-graduação para a Universidade é muito relevante no sentido da carreira do pesquisador e a sociedade nem sempre bate com esse mesmo objetivo e temos que resolver essa questão para podermos aproximar a geração do conhecimento, da tecnologia para o nosso cotidiano, particularmente das micros e pequenas empresas. Geração de Trabalho e Renda, manutenção, naquela época tínhamos um problema seriíssimo da oferta de mão-de-obra, o desemprego, e hoje temos um problema absolutamente contrário com a construção civil limitada em seu crescimento pela falta da mão-de-obra, o setor metal mecânico encontra dificuldades para achar um ferramenteiro na região do ABC, veja como temos que ser muito mais rápidos para acompanharmos de forma absolutamente dinâmica esses processos, temos que ter velocidade para readaptação. Processo regional de abertura de empresas, é um diferencial competitivo de âmbito mundial, temos uma média de 100 dias para abrir uma empresa no Brasil e no ABCD precisaríamos ter uma ação diferencial para agilizar isso. Criação de um pólo tecnológico que integre Universidade e demanda social e econômica da região e interligação desses centros por vocações econômicas e sistêmico. Era isso. Muito obrigado.

David - Deputado Mario Reali, no EE Ambiente urbano de qualidade, que conhece esse assunto e participou de todos os momentos.

Deputado Mário Reali - Bom dia a todos. Saúdo os componentes da direção do Consórcio, da Câmara e da Agência. Essa iniciativa de retomar o planejamento é importantíssima para o



ABCD. E eu como Deputado na Assembléia Legislativa sempre usei como referência o Consórcio e a Câmara como um modelo de governança necessário para fortalecer os atores institucionais, governamentais e a Sociedade Civil, para que a região realmente seja um território presente inclusive nas definições da ação do estado, do governo federal e do processo de planejamento, principalmente através de uma visão consensual, que é fundamental para garantir o desenvolvimento econômico-social com a inclusão de todos os **extratos da** sociedade. Primeiramente quero me desculpar uma vez que não tive tempo de preparar uma apresentação mais detalhada. A nossa contribuição é inclusive olhando o passado, mas imaginando o futuro. O plano estratégico de 1999/2000 apontou para uma série de diretrizes onde o desenvolvimento urbano teve na verdade uma atribuição municipal e o espaço do Consórcio foi fundamental para garantir o processo de discussão da elaboração dos planos setoriais, legislações de uso e ocupação do solo, na articulação dos municípios, obviamente cada um com seu interesse. Porém, atualmente, devemos trabalhar não só na região do ABCD, mas considerando a cidade de São Paulo e a RMSP, que é uma mancha só, hoje com 19 milhões de habitantes, em uma faixa onde não existe ainda gestão metropolitana integrada para buscar soluções em comum para os seus 39 municípios. Por isso, o planejamento metropolitano seria fundamental para garantir inclusive uma melhor articulação de uma sub-região, como a do ABCD. Existe ainda muito a avançar nesse sentido, como foi dito existia uma conjuntura e hoje temos outros desafios, até pela atuação, por exemplo, do governo federal com a criação do Ministério das Cidades, que articula o setor da habitação, mobilidade, que inclui transporte e trânsito, e saneamento ambiental. Ou seja, nós aqui ainda estamos trabalhando estas áreas de maneira fragmentada. Quando pensamos no desenvolvimento urbano temos que pensar de maneira integral, inclusive hoje vivemos essa questão dos grandes deslocamentos em São Paulo e no ABCD. Na zona leste, por exemplo, milhões de pessoas têm que se deslocar para o centro todo dia, o que ocasiona esses gargalos de deslocamento intra-urbano. O equilíbrio entre oferta de moradia e oferta de empregos é fundamental para garantir que esses deslocamentos sejam cada vez menores e para o convívio na região metropolitana. Nessa integração, queria pontuar para um elemento fundamental para os próximos passos. Temos acompanhado pela imprensa o impacto do Rodoanel, a questão da alça de acesso e também do viaduto em Capuava e da ligação da Avenida do Estado com a Papa João XXIII em Mauá. Também agora com as perspectivas de aprovação da Lei Específica da Billings e a perspectiva dos recursos que aprovamos na Assembléia Legislativa para o programa de recuperação do Alto Tietê, teremos recursos para viabilizar intervenções nas áreas de mananciais e garantir o equilíbrio entre o processo de ocupação e de preservação e recuperação dos mananciais. Aprovar a lei específica da Billings e ter recursos para fazer os investimentos e garantir a infra-estrutura dessas ocupações é fundamental para garantir a sustentabilidade dessas áreas ocupadas. Na Habitação vivemos outro momento: com a criação do Ministério das Cidades temos a Política Nacional de Habitação, e hoje estamos lutando para ampliar os recursos para tal política. O setor da construção civil está se ampliando, bem como as linhas de crédito para o setor imobiliário, mas o Estado tem que ter presença intensa também para garantir o atendimento das demandas de até cinco salários mínimos, que hoje representa a população que não têm acesso ao mercado. No final do ano aprovamos os elementos centrais para a criação de uma política estadual compatível com essa visão. Essa iniciativa também serviu para que o Estado de São Paulo, e obviamente municípios interessados, aderissem ao Fundo Nacional de Habitação. Na nossa região os limites entre os municípios são quase que virtuais, institucionais, mas do ponto de vista prático os limites entre os municípios não existem, então a demanda habitacional, por exemplo, tem que ser



tratada de maneira regional e inclusive metropolitana. Tenho dito que o Plano Diretor de São Paulo influencia na nossa região porque o esvaziamento da região central de São Paulo potencializa o processo de ocupação nas margens e periferias, então precisamos de uma ação integrada no atendimento das demandas, nas prioridades de áreas e consolidações inclusive de áreas vazias próximas ao centro que já dispõe de infra-estrutura, e que podem inclusive ser alternativa para habitação de interesse social, desde que haja essa política de acesso à habitação com uma política de subsídio, porque as famílias de baixa renda não conseguem **pagar** uma prestação de R\$300 a 400,00. Por isso é necessária uma política de subsídio para garantir este acesso, acho que é uma nova visão e que coloca esse processo de inclusão social como fundamental para garantir a qualidade de vida. Por fim essa questão do patrimônio histórico, quando falamos na questão do turismo, exploração do patrimônio histórico e ambiental, cultural, na implementação do pólo de turismo na região, podemos dar destaque ao próprio processo de crescimento da região, porque foi aqui que se deu o desenvolvimento da indústria automobilística, quer dizer, tem várias alternativas. Acho que a articulação da região na identificação desse patrimônio, mapeamento de circuitos possíveis, de exploração do parque da Serra do mar e outras atividades, mesmo do parque automobilístico, seria fundamental a articulação regional, porque existem muitas ações municipais e precisamos mais de ações avançadas do ponto de vista regional. Para trazer uma contribuição acho que o momento é muito oportuno porque sinto que o estado, o governo federal e o estadual estão trabalhando com o planejamento e hoje existe uma capacidade de investimento muito maior do que aquele momento em 1999, quando fizemos aquele planejamento. Hoje o que ouvimos de todos os entes federados, e do próprio Estado é que não existem projetos prontos para captação de recursos, e acho que esse tipo de ação, planejamento com consenso, é fundamental para garantimos uma oferta de projetos necessários para garantir o desenvolvimento da nossa região. Obrigado.

David - A Regina Reis que é Coordenadora técnica do Consórcio para apresentar o EE Identidade regional e estruturas institucionais. Também registro a presença, do Comandante Valdeir, nosso responsável pela segurança no 8º grupamento do Corpo de Bombeiros, da Defesa Civil do estado de São Paulo. Obrigado, parceiro de todos os momentos da região.

Regina Reis – Bom dia a todos. Vou fazer uma rápida apresentação do EE 6, que no ano de 1999 foi estabelecido como eixo central do planejamento porque significava a base institucional por meio da qual várias outras formas de relação, de parceria e cooperação seriam desenvolvidos na região. É bom lembrar sempre que vivemos no sistema federativo, e a constituição reafirmou isso com suas subestruturas hierárquicas onde cada ente federativo possui sua relativa autonomia, porém a constituição de 88 previu no artigo 241 uma constituição de arranjos institucionais de caráter horizontal de modo que pudesse reunir, municípios e determinadas regiões em prol do interesse coletivo em favor do desenvolvimento daquele território. Baseado nisso os Consórcios públicos começaram a se formar e hoje temos cerca de 120 só no estado de São Paulo. Nosso Consórcio que foi criado em 1990 tem uma característica diferenciada de todos os demais no País porque já estabeleceu no seu estatuto a possibilidade de atuação de forma multisetorial, enquanto muitos Consórcios foram se formando, como Consórcios da saúde, educação, transportes, o Consórcio Intermunicipal já se formou nesse espírito de atuar em favor do desenvolvimento econômico e social da região, dessa forma atuando nas diversas áreas das políticas públicas. Como já foi dito, no final dos anos 90 dado todo esse processo de reestruturação produtiva, a região sendo fortemente



industrial, com importante potencial econômico para o País, rapidamente sentiu os efeitos do processo de globalização e de reestruturação produtiva que acarretava no aumento do desemprego, exclusão social, enfim toda uma mudança no mundo do trabalho e na relação de produção. A região do Grande ABC rapidamente sentiu todos os efeitos e o resultado disso foi a evasão industrial, muitas empresas automotivas começaram a se deslocar para outros estados, e municípios de São Paulo, e o propósito naquele tempo era pensar na busca das soluções, num processo de reconversão econômica e social da região, através da criação de uma instância institucional que estivesse acima dos municípios e abaixo do estado, não com a proposta de substituir o município, muito menos de criar um novo ente federativo, mas um organismo de caráter regional, de articulação de nível horizontal, de gestão pública realmente. Os principais problemas da região naquele momento e no que seria necessário para que pudessemos dentro do movimento da globalização, encontrar alternativas locais para a região sem perder de vista a perspectiva globalizada, mas encontrando alternativas para continuar mantendo seu potencial econômico. A partir de então tivemos a criação da Câmara regional do Grande ABC em 1997, porque os prefeitos entenderam que o poder público sozinho poderia muito pouco, o ABC inovava para uma política além da institucionalidade do poder público atraindo outros setores, Sociedade Civil, Universidades, empresários, enfim, o legislativo, estadual e municipal, para se pensar outra estrutura da região. Nessa introdução retomamos o que se pretendia, que era ampliar o horizonte da Câmara do Grande ABC, extrapolando os limites da região, além de torná-la mais próxima do cidadão. O objetivo da Câmara era, uma ousadia muito grande presente nas falas, propostas e projetos no sentido de que a região realmente se tornasse uma referência. Os programas estabelecidos eram de consolidação da comunidade regional, mobilização dessa comunidade, divulgar o planejamento regional estratégico, ter a Câmara como espaço de negociação e o conceito de comunidade cívica divulgando as ações regionais por meio das escolas e Universidades, e uma redefinição das estruturas. Era preciso repensar uma política tributária municipal e que o Consórcio se tornasse o espaço de discussão nesse sentido, a política de atração dos investimentos, revisão da lei de incentivos seletivos que os prefeitos através do Consórcio elaboraram, aprovado nas sete câmaras municipais, a situação econômica/financeira dos municípios, o problema da compensação financeira principalmente nos municípios em áreas de proteção ambiental, recuperação da capacidade de investimentos, que chegamos até a contratar programas para a questão dos precatórios e dívida dos municípios devido sua capacidade de contrair dívidas para as negociações de investimentos, negociações através da Frente nacional dos prefeitos, aperfeiçoamento das bases jurídicas e institucionais da região, Câmaras municipais discutindo seu funcionamento, a articulação com os Deputados estaduais da Assembléia com os interesses da região e articulação e participação dos Deputados federais também, tanto é que se formou uma bancada que hoje é atuante de Deputados estaduais e federais da região, defendendo nossos interesses nos debates do orçamento do estado e da união e o fortalecimento das estruturas institucionais regionais, seu aprimoramento, avaliação do GT Institucional, e já naquela ocasião se discutia a necessidade de alteração legal, jurídica da regulamentação dos Consórcios públicos, que como disse foram previstos na constituição mas não havia sido regulamentado e uma lei foi aprovada recentemente, em 2005, e hoje temos o decreto que regulamenta os Consórcios públicos e o Consórcio do ABC está em discussão provavelmente nessa adequação. A busca de consenso que sempre foi o pacto estabelecido pelos prefeitos e o marketing regional onde a idéia era divulgar a região para além dos limites do ABC, no nível nacional. Nessas propostas, rapidamente citando, das propostas que recebemos da sociedade na consulta, percebemos que o plano se mantém muito vivo, foi



identificada a necessidade de investir no marketing regional, modernização administrativa, fortalecimento da Agência de desenvolvimento econômico, os veículos do Grande ABC que trabalham a nosso favor, política tributária, políticas integradas e na área da cultura para desenvolvermos algumas ações que precisam ser impulsionadas. Obrigada.

Mestre de Cerimônia - Agradecendo também a presença do Geraldo Tadeu Silva gerente da CIESP de Santo André. Agora a apresentação de Marlene Zola.

Marlene Zola - Bom dia a todos. Cumprimento o Consórcio pela realização desse planejamento, de sua retomada e dizer que ele é estratégico principalmente pela presença da Sociedade Civil, e inclusive nesse ano, de transição política, fazendo com que a sociedade possa contribuir para o desenvolvimento dos trabalhos. Em 2000 quando foi estabelecido o planejamento, fiz a coordenação juntamente na ocasião com o prefeito Maurício Soares de São Bernardo do Campo, e que o EE Inclusão social, para termos a dimensão de sua amplitude, agregou a dimensão das políticas de saúde, à época habitação, assistência social e segurança pública. Com nove programas, 52 subprogramas e 119 ações estratégicas no total de 220 do planejamento estratégico. Nesse processo de mais de um mês envolveu mais de 100 organizações da Sociedade Civil, governamentais, na perspectiva de apresentar o planejamento efetivo para 10 anos, e que se coloca bastante atual, inclusive hoje. Na apresentação vou destacar objetivamente algumas diretrizes, ações estratégicas e subprogramas que o EE apresentou à época com complementos apontando como foi atual e ainda é atual o planejamento nesse eixo. Esses são os nove programas: geração de trabalho e renda, proposta de banco de dados sócio-econômico, estudos sobre tendências do trabalho e vocação regional, qualificação e requalificação profissional, assessoria técnica, fomento ao micro crédito e estímulos associativos, proteção especial para essa área com frentes de trabalho, habitação, implementação com apoio do CDHU, na regularização fundiária e reassentamento de famílias em áreas de mananciais, programas municipais de urbanização integrada, banco de dados de informação habitacional, política de desenvolvimento habitacional vinculada à reestruturação urbana e recuperação ambiental. No momento atual o Consórcio entende que habitação se deslocou para o EE5 mais destacadamente para a importância de seu olhar social para ser mantido enquanto habitação social. Movimento criança prioridade um, políticas voltadas à criança e à juventude, proteção social às várias situações de violência ou vulnerabilidade, como situações de rua, exploração do trabalho infantil, vítimas de violência, abuso, exploração sexual, abandono, políticas de apoio familiar, etc, construções de redes de serviços locais e regionais voltadas ao desenvolvimento integral da criança e ao adolescente, tendo um banco de dados, tendo o olhar de prioridade para criança e juventude, políticas para a juventude, medidas sócio educativas ao adolescente infrator, fortalecimento aos órgãos de defesa da infância e a juventude como Conselhos de direito, Conselhos tutelares. Morador de rua, articulação regional que ainda nos dias de hoje está presente mais nos grupos de assistência social, mapear e construir uma rede regional, proteção especial como medida imediata provisória e avanço no resgate da cidadania com oportunidade de efetivação territorial e a autosustentabilidade. Mulher, medidas de proteção e destacadamente do combate à violência, prevenção à saúde, trabalho educativo e organizativo da mulher, formação e inclusão na vida produtiva, banco de dados regionais. Pessoas com deficiência, banco de dados, promoção de campanhas, acessibilidade em edificações, equipamentos de transporte, atenção à saúde com detecção precoce de doenças, reabilitação, ação à saúde, educação inclusiva, integração ao mundo do trabalho. População idosa, é um



grupo que não existe mas está presente na política da ação social, e o ideal é que se crie na região uma cultura de valorização da população idosa, através de Seminários, campanhas, estímulo à organização, associativismo, capacitação de recursos humanos que atuam nessa área, em geriatria, gerontologia, até porque na região do ABC a população idosa tem crescido. Proteção especial, áreas de saúde com centros de referência e atendimento domiciliar. Saúde pública, que aparece de forma a estimular, e a melhoria, ampliação e fortalecimento da saúde pública, ampliação da área hospitalar, fortalecimento da Fundação ABC, Hemocentro e Centro de diagnóstico do ABC. Em 2000 muitas das questões, e isso demorariam um tempo muito grande para podermos fazer um balanço do que foi atingido e do que não foi, mas seguramente posso falar para vocês, nesse tema, o Serraria, Hospital regional de clínicas, o fortalecimento da Faculdade de Medicina, Fundação ABC, foram atingidos, e também o Hemocentro, Centro de diagnósticos, implantação da oficina regional de manutenção de equipamentos, ampliação do sistema de resgates, a saúde mental na construção de CAPES, mas que permanece ainda com pedido e preocupação de atendimento psiquiátrico na região, o que aparece no planejamento atual, programas de fortalecimento da saúde e da família, implantação de programas regionais de medicamentos, segurança pública com planos voltados para o implemento das polícias civil e militar, contratação de pessoal com uma demanda muito grande, melhoria e ampliação da capacidade de atendimento, os espaços locais, as melhorias tecnológicas, campanhas educativas, de forma geral, combate à droga, uso de armas, trânsito, telefones de emergência, procedimentos comuns, fiscalização, enfim. Nisso que trazemos de 2000 vocês observam o quanto é atual, com questões comuns nos vários programas que apontam para importância da informação na sua totalidade, seja com o banco de dados, como levantamento de indicadores, levantamento de diagnósticos nessas áreas, também é comum nesses programas a articulação setorial, intergovernamental, a participação da Sociedade Civil. Muitos avanços ocorreram também e outros apontam para o futuro. Foi um eixo que realmente planejou pensando a curto, médio e longo prazo, traçando diretrizes e oportunidades para atingir o que esse eixo buscou em seus objetivos, o desenvolvimento humano e desenvolvimento social, e dentro dessa perspectiva, diria para vocês que felizmente nosso planejamento é bastante atual, hoje surgem demandas como a questão da inclusão racial, dentro do eixo de inclusão, a questão do esporte, que na ocasião não aparecia, e na questão da saúde como a dengue, gravidez na adolescência. Na segurança reforça a questão da melhoria, de equipar. Diria que no planejamento, nessa consulta, reafirma as diretrizes de cidadania, de proteção e inclusão social e com dois temas que aparecem com muita força na sociedade, na questão da saúde e segurança pública. Como elemento de melhoria, fortalecimento. Seguramente acredito que hoje o grande momento que observamos na nossa realidade brasileira, e o ABC tem sido vanguarda, temos boas leis, bons projetos, sociedade presente e esse conjunto fazem com que a gente possa avançar. O grande avanço é que as propostas se assemelham, reforçam o que está por vir, mas apontam um novo momento de articulação e organização e acredito que favoreça para os grupos avançarem, conquistando no nosso caso o objeto da inclusão social. Obrigada.

David - Vamos fazer uma pausa para um café rápido e para as pessoas que têm interesse em fazer a manifestação para os debates já façam a inscrição, para assim eleger as prioridades, e fechar o documento.



David - Retornando. No curto prazo vamos trabalhar com ações, no médio com programas, articulado via grupal, e no longo prazo com os sistemas, reunindo as ações e programas. Nós já temos os GTs instalados, ou que podemos instalá-los e dentro dessa configuração atual do Consórcio, as entidades que se agregam a esses grupos, temos reuniões rotineiras, aliás queria agradecer aos coordenadores dos grupos que estiveram presentes na pessoa da Marlene Zola, e nesses GTs. Portanto a gente amadurece fazendo a discussão dessas propostas, no final de Maio terá um novo encontro na Universidade Metodista, e nos encontros mensais podemos fazer a leitura e os encaminhamentos do que está sendo discutido nos grupos e em maio veremos então se o caminho e a direção a partir dos grupos estão indo na direção que nos interessa, que é a que vai atingir os resultados com relação aos programas e ao sistema, e se for a gente dá continuidade com o Seminário Internacional no final do ano. Eu ainda não fui procurado pelo grupo de Universidades, mas a Uniabc, IMES, já se dispuseram para participar desse processo. Quer dizer teremos essa massa crítica, podemos fazer encontros nas Universidades inclusive, então dentro das prioridades levantadas podemos fazer o debate, e depois o amadurecimento como programa e sistema. Essa é a nossa programação inicial. Já mostrei para vocês o calendário, nossos encontros são na última quinta-feira do mês, onde a gente fará a discussão do planejamento. Temos 15 inscrições e vou pedir a maior brevidade, tendo a referência de que esse encontro não se encerra hoje, ele faz parte de uma série de encontros que pretendemos fazer.

Tenente Coronel Valdeir - Bom dia. Aproveitando essa reunião, só quero agradecer ao Consórcio Intermunicipal, à Câmara de Desenvolvimento, que como disse a Marlene na questão da inclusão social, ela chama atenção para a segurança pública. Eu como homem público responsável por uma área de emergência, só posso agradecer ao Consórcio pelo apoio para o corpo de bombeiros da região do ABCD, que está sim acompanhando todo o desenvolvimento da região porque nos equipam a altura para o atendimento, haja vista, um mês atrás, com o Pólo petroquímico houve R\$500.000 para nos equipar com uma viatura que atende a produtos perigosos. Resumindo, obrigado ao prefeito João Avamileno, e demais prefeitos da região, e a você David. Obrigado.

Joel Jonas / Avape - Atuo no GT da pessoa com deficiência, GT criança prioridade um, e também tenho atuação junto a Assistente social dentro do Fórum assistencial da região do Grande ABC. Foi interessante o David ter colocado a perspectiva dos futuros debates do planejamento, porque eu estou indicando a ausência, por exemplo, dos Conselhos municipais, cerca de 80 na região do Grande do ABC na área da infância, educação e transporte, e os Conselheiros dentro do processo da discussão participativa tem colaborado muito para as respostas das perspectivas da região. Senti também a ausência do questionário para as entidades sociais, cerca de 300, três Federações, uma que congrega cerca de 150 filiados, e assim por diante. Então tenho certeza que o Consórcio e a Câmara vão chamar ainda esses atores. Nessa perspectiva quero parabenizar e dizer que o planejamento estratégico de 2000, estamos retomando em 2008, como tenho muito a falar vou apenas pontuar as propostas e depois envio para o David.

David - Se você puder fazer essa discussão no grupo contribui ainda mais para o processo.



Joel - Com certeza. Propostas, esse vácuo da discussão nas reuniões ampliadas poderiam ser providos com reuniões anuais, onde o Consórcio abriria um canal apropriado para ouvir a Sociedade Civil, porque esse vácuo de oito anos foi muito grande. Outra, a coordenação dos GTs funcionarem na mesma lógica da coordenação do Consórcio, isso é, a cada ano um município coordena para concretizar a lógica de ações consorciadas dentro de uma condição pluridemocrática e colegiada. Trabalho do Consórcio intersectorializado, proposta, criação de um GT dos coordenadores dos GTs, com reuniões estratégicas a cada quatro meses. Terceira, contratar empresas e instituições para fazer localizadamente estudos do mapa de exclusão, isso talvez pudesse ser consorciado. Retomada do GT Pessoa com deficiência, em maio/04 entregamos aos prefeitos 125 propostas no documento chamado “Propostas de políticas públicas para a região do Grande ABC”, e também a questão da acessibilidade no ano retrasado.

David - Desculpe interromper...

Joel - É isso. São essas as propostas, gostaria que fossem avaliadas. Obrigado.

David - O grupo de pessoas com deficiência tem se reunido mensalmente no Consórcio. As informações estão no site.

Joel - Da Câmara regional.

David - A Câmara regional teve sua última reunião em 2006, essa é uma retomada.

Edson / representando Deputado Donisete Braga- Duas sugestões e dois breves comentários. No EE Inclusão social, se não me engano todos os municípios do Grande ABC realizaram recentemente Conferências municipais da juventude, preparatórias para a sua Conferência nacional para o final de abril. Todo esse processo, inclusive o de preparação, assim como as pré Conferências foram muito ricas, com grande participação dos jovens, que normalmente não participam de discussões dessa ordem. Acho que talvez temos que resgatar todas essas propostas feitas por eles...

David - Já está no Consórcio.

Edson - É que na fala não foi contemplado isso e além disso o que for acontecer na Conferência também deve ser incorporado. Outra coisa, no EE 2 na área dos mananciais, acho que temos que pautar e participar fortemente na discussão do processo de flotação do rio pinheiros, que está sendo devolvida e vai impactar de forma significativa a Billings. Na sexta-feira passada por iniciativa do Deputado Donisete foi realizada uma audiência pública na Assembléia resgatando o debate e essa discussão e quão necessário é essa discussão para a sociedade. Por fim, queria pedir para o pessoal que recebeu os questionários, só uma curiosidade, observamos que os pontos que mais mereceram destaque foi o de sustentabilidade das áreas de mananciais, por outro lado o EE5 na parte da habitação, foi um dos que teve menor manifestação, significando 1,1% o que parece uma grande contradição, na medida que um dos grandes problemas que você tem é na habitação e que impacta negativamente os mananciais. Muito obrigado.



Ronaldo - Boa tarde a todos e todas. Nesses 8 anos aconteceram várias situações e arranjos institucionais, obras em todas cidades, do Rodoanel, macrodrenagem na região, exigência dos planos diretores, Lei Específica da Billings, etc. Ficamos um pouco preocupados pelo tratamento de forma separada das discussões, especialmente dos EEs 2, 3 e 5 que podem fazer com que algumas discussões sejam repetitivas porque há uma tendência de discutir drenagem nesses três eixos, lixo, plano diretor, política de transporte, como apareceram inclusive nas apresentações feitas aqui. A proposta é para juntarmos esses três eixos e cujo nome Ambiente Urbano de qualidade até poderia ser adotado. A tendência é o grupo de meio ambiente ficar falando da Lei Específica da Billings e o de habitação querendo flexibilizar e mais uma vez vamos continuar com o mesmo discurso e conversa, e é importante direcionar todos esses temas dentro de um único eixo, organizado dentro da melhor forma, para poder compatibilizar plano diretor com a Lei Específica e no conjunto das políticas públicas importantes para a região.

Maria Helena - Boa tarde. O Fórum da cidadania é uma entidade diferenciada, porque agrega mais de uma centena de entidades representativas da Sociedade Civil organizada de vários segmentos e as propostas do Fórum prioriza uma qualidade de vida da maior parcela possível da população da região, como um todo, sem privilegiar nenhum segmento. Nossa proposta envolve a questão ambiental na preservação do meio ambiente e mananciais, direito do cidadão ao exercício de atividades de cultura, esporte e lazer, Eco turismo, educação ambiental e sobretudo exige o cumprimento da lei que criou o parque estadual Chácara Baronesa, deveria de ter uma definição de área adequada para demanda habitacional para remover os habitantes que estão na área desse parque, cumprindo o artigo 3º. da lei que criou o parque, para a CDHU construir as moradias para esses ocupantes dessa área. É uma área de quase 345.000 m², 1/4 da área do parque Ibirapuera e na nossa região temos muita deficiência de áreas verdes e precisamos aproveitar essa área para dar condições ao cidadão o direito de exercer suas atividades de cultura, lazer e esportes, e, sobretudo na preservação do meio ambiente. Essa área, em 1987 já foi transformada em APA/Área de proteção ambiental, e não pode ficar assim, está jogada, as árvores daqui a pouco vão ser arrancadas, e temos que revitalizar essa área, como prioridade a curto prazo do Fórum cidadania. Nossa prioridade de médio prazo trata-se dos portadores de sofrimento mental, onde temos muitos problemas, porque o Hospital Dia, Caps e Naps, não internam mais, e tem pessoas que necessitam, até para internação de mais de um dia, esses hospitais não estão conseguindo atender. A nossa terceira é da regionalização da saúde, o professor Roberto Alves quando falou da regionalização da educação, também a regionalização da saúde é muito importante para melhorar a qualidade da saúde na região. Muito obrigada.

Sérgio Linhares - Fórum municipal da defesa da criança e do adolescente - Boa tarde a todos e todas. O Joel já me contemplou em parte da fala, então vou ser bem objetivo. Acho que qualquer planejamento tem que estar em consonância com os objetivos do milênio. Em função disso o consolidado por segmento quando fala dos questionários me preocupa, porque quando a gente olha o número de empresas que foram consultadas vemos um percentual que até entendemos ser o correto para o setor, mas das Ongs é muito pequeno, 2,74%, isso preocupa e tem que ser revisto esse processo. Acho também que no campo das propostas, criar um GT Assistência social, falando também da alternância nos GTs que acho muito importante, tem



que andar na própria alternância do Consórcio.

Gilmar Mangueira / FAMMESP Federação da associação dos moradores e mutuários do estado de São Paulo - Nós além da FAMMESP participamos do Comitê da bacia do Alto Tietê, Subcomitê Billings e fomos um dos pares da sociedade que elaborou a Lei Específica da Billings e agora estamos no GT Acompanhamento e na Agenda 21 do ABC. A Federação tem a proposta para o Rodoanel, onde precisamos ter um GT Acompanhamento bem próximo da população porque além do grande impacto ambiental que causa precisamos do acompanhamento social com respeito às famílias, porque estava nas audiências públicas que haveria o planejamento da remoção dessas famílias e isso não vem ocorrendo hoje por parte dos poder municipais, estadual, e até do Ministério Público-MP, também da questão da remoção do entulho devido a derrubada dos imóveis, porque isso tem causado muitos problemas de saúde pública. A questão fundiária também é bastante importante, precisamos ter atenção com os sete municípios para que eles criem a lei da questão fundiária, nem todos têm ela ainda aprovada, falta o Conselho e o fundo, embora já tenha a lei federal, a lei estadual, porque quando se fala da ocupação das áreas dos mananciais, e nós elaboramos a Lei Específica, e tivemos o cuidado especial de fazer com que tenha artigos para disciplinar essa matéria, inclusive o Rodoanel, que foi aprovado que foi aprovado o EIA-Rima (Estudo de Impacto ambiental) e sem ter o PDPA (plano de Proteção e Desenvolvimento Ambiental), o Marcelo ia expor mas por falta de tempo não conseguiu. A Lei Específica uma prioridade, porque três pontos cruciais, o primeiro que teremos a cobrança pelo uso da água, lei 12.183 e que só pode ser utilizada após aprovação da Lei Específica, segundo a questão fundiária depende também da Lei Específica e finalmente a questão da compensação, se a Lei Específica não for aprovada como fica a questão financeira para os municípios que preservam a água ? E temos pelo menos seis municípios em área de mananciais. Outra prioridade é a flotação, estamos acompanhando de perto a reversão do canal do rio Pinheiros para o braço da represa Billings, é questão também de saúde pública, porque como essa é uma experiência única, porque a flotação mexe com o lodo que está há anos e anos no fundo da represa, participei inclusive da audiência pública na Assembléia e fiz esse questionamento mas não obtive resposta, alguns médicos até dizem que então não se pode tratar e beber dessa água. Qual seria a orientação que se teria para a comunidade no entorno da represa? Plano diretor do duto da Petrobrás, que se eu perguntar quem está acompanhando isso na platéia, poucos estão, e isso mexe com os sete municípios e a RMSP do estado de São Paulo, e é um descaso com o Consórcio e o Subcomitê de bacia e do Comitê do Alto Tietê, porque não vieram expor para nós quais são os impactos causados. A questão do lixo também, tivemos o aterro sanitário São João que teve problemas e é uma questão não municipal mas regional, é preciso que os sete prefeitos sentem junto com a Sociedade Civil para dar uma destinação adequada aos resíduos sólidos. Finalizando, reforço que precisamos ter a Agenda 21 do ABCD com os sete municípios e pedimos não só ao Consórcio, a participação da Sociedade Civil organizada, dos prefeitos e representantes das entidades para que participem da Agenda 21, o colega Sandro vai estar falando sobre isso, essa é uma prioridade fundamental. O transporte para finalizar, precisa ser planejado, não apenas em um município, precisa ser de forma regional com o plano diretor do transporte coletivo regionalizado, porque não adianta resolver em um e não resolver nos outros municípios, inclusive o gargalo está em Mauá, e não só lá porque as alças de acesso ao Rodoanel serão poucas e portanto é preciso corrigir as falhas e inclusive a compensação financeira para os municípios dos impactos que ele vai causar. Obrigado.



Sandro Nicodemo / Instituto Biosfera, Coletivo Jovem ABC e Agenda 21 do Grande ABC - Boa tarde. Nós somos jovens atuando na área ambiental e a proposta é que apoiem o processo da Agenda 21 local, em integração, porque ele vem acontecendo há um ano e é uma ferramenta de gestão participativa que surgiu na Eco 92 e seus objetivos são o fomento do planejamento local e do desenvolvimento sustentável, tanto municipais, e esse é um dos nossos pedidos, que os municípios participem desse processo e em bairros e regiões do Grande ABC. Posso citar o exemplo do que está acontecendo na Pedreira em Rio Grande da Serra, envolvendo seis bairros que vivem entorno da pedreira, já tivemos duas reuniões com mais de 50 pessoas em cada uma, e a comunidade está se mobilizando pensando no desenvolvimento local. Teremos uma reunião com o “Kiko” e eu conversava com ele ontem, já está ciente do processo, e queremos fazer isso com todos os prefeitos, envolvendo todos, os três setores. Nossas reuniões acontecem no Instituto Triângulo em Santo André e estamos tentando passar para o Consórcio, nessa agregação, e a próxima é dia 09 às 19h, e a próxima reunião em Rio Grande 16/04 no processo local. Também estão convidados para o evento que acontecerá em junho do nascimento da Agenda 21 e convidamos os prefeitos, Ministério de meio ambiente, governo estadual, e juntamente com a criação da Agenda 21 da Pedreira, que é o processo local e a Agenda 21 do Grande ABC estará em cada região, município, cidade, bairro se necessário. Também o Grande ABC está indo para a terceira conferência nacional do meio ambiente, estamos com delegados na estadual e agora na nacional e aproveito para que na próxima reunião, quintas-feiras pudessem ter um espaço para apresentar todo o histórico, em 15-20 minutos. Obrigado.

Dalila / Coordenadora do Fórum permanente de debates culturais do Grande ABC - Boa tarde. Milito, vamos dizer assim, na cultura do Grande ABC há trinta anos e mais uma vez estamos tentando retomar uma série de coisas. O Fórum tem se reunido mensalmente desde abril do ano passado na Livraria e espaço cultural Alpharrabio, reunindo artistas, intelectuais e interessados em cultura. Gostaria de pontuar que a partir da proposta do Fórum o tema cultura passa agora a compor o planejamento estratégico regional. O grupo está se estruturando no sentido de transformar agregando outros agentes no sentido de se legitimar para se transformar em GT do Consórcio, provavelmente ligado ao EE6 Identidade regional e quem sabe futuramente em EE. O grupo pretende através das discussões que já vêm sendo realizadas utilizarem esse acúmulo de massa crítica no sentido de propor políticas públicas para a cultura regional, bem como ações culturais integradas entre as sete cidades da região. As reuniões acontecem nas últimas segundas-feiras do mês, na Rua Eduardo Monteiro, 151 - Santo André. Muito obrigada.

Ketu / Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos - Boa tarde a todas e a todos. Gostaria de dar os parabéns para o Consórcio e conseguimos consolidar algumas coisas dentro do planejamento e temos novos desafios pela frente. Lembrar que no EE6 onde entra a questão da modernização do legislativo, tem algo para ser solucionado, e o Consórcio intervir, na relação institucional entre os funcionários públicos e a administração. Nossos administradores às vezes precisam pegar exemplos da iniciativa privada, do mundo globalizado, melhorando sua relação com os funcionários públicos. No EE 7 falando de inclusão, digo o seguinte, nós ainda estamos em um País onde temos discutir a questão racial, estamos em um mundo globalizado onde as questões étnicas depois da queda do muro de Berlim, ficaram bem mais claras, e nós aqui no Brasil ainda, principalmente regionalmente, ainda estamos limitados, essa pauta estava colocada no planejamento anterior e nós temos mais de 35% de negros nessa



região, então essa questão não deve ficar simplesmente no EE7, ela tem que transversalizar todos os eixos e a questão de gênero também, não podemos simplesmente colocar a questão racial no último eixo, devemos pensar sobre isso, e dentro das Conferências foram tiradas algumas coisas em nenhum caderno daquela conferência, dos resultados, o Consórcio não conseguiu viabilizar. São questões que temos que vencer e aqui é o reflexo do que imaginamos, acho que se olharmos um para cada um, todos nós temos amigos, colegas, parentes, que são negros, e temos dificuldades de discutir essa questão. A questão racial não é somente uma questão para nós negros e negras, assim como também a questão de gênero não é só uma questão das mulheres, temos que participar. Isso tem que ficar bem nítido para o Consórcio e tem que ter mais avanço nisso, e também para a questão indígena que temos aqui e pouco foi apresentado, contemplando nesse sentido. Mas são questões que temos que levar para os GTs. Na questão da segurança pública também, falamos de sete municípios, e não sei porque os representantes da GCM não estão presentes, a PM está aqui bem representada, foi falado da polícia civil aqui, mas não temos os representantes da GCM onde praticamente quase todas as cidades têm, e eles não estão participando, então é um desafio que temos que fazer para trazê-los para esse Fórum. Muito obrigado. Agradecendo o espaço coletivo.

Wilson / Fórum Municipal de Trabalho e Economia Solidária - Boa tarde a todos e todas. Agradecendo a oportunidade de estar aqui. Sabemos que a mudança no mundo do trabalho nas últimas décadas tem apresentado desafios para todas as pessoas nesse mundo, os postos de trabalhos tradicionais, onde nascíamos, crescíamos e morríamos, com a formação profissional, entrando nas fábricas e escritórios mudou drasticamente, categorias e muitos postos de trabalhos foram extintos e os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil todo a partir da década de 90 entendendo um pouco essa situação começaram a pensar nas saídas, que foram as cooperativas, enfrentando o desenvolvimento do País e dando sua contribuição. Foram 20.000 empreendimentos solidários mapeados pela Secretaria nacional de economia solidária do ministério do trabalho com mais de 1.500.000 pessoas trabalhando por sua própria conta nas redes de empreendimento das cooperativas e a perspectiva do Ministério é de muito mais. Dentro das políticas públicas então temos a Secretária nacional, o Conselho nacional de economia solidária, teve uma conferência nacional de economia solidária em 2006 com muitas pessoas e com 1200 delegados em Brasília, e a maioria das prefeituras tem políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do empreendimento solidário, alguns com políticas distintas e outras estão na Secretaria de assistência social e no departamento de assistência social. Nesse sentido propomos que todos também tenham as organizações sociais e o Fórum nacional de economia solidária tem a rede de gestores públicos de economia solidária que atinge mais de 100 entes estatais, municípios do Brasil, tem o Fórum nacional de economia solidária e o estadual, então tem organização no Brasil sobre a economia solidária. Propomos que no EE4 4.1 Desenvolvimento econômico colocar a economia solidária como política de desenvolvimento e no EE7 fomento ao desenvolvimento de cooperativas e rede de empreendimentos de economia solidária quando se trata da inclusão social, e propondo também a criação de um GT ou algo similar, para discussão dos conceitos, ações, práticas, sensibilização dos gestores públicos da sociedade nas cidades do ABCD, onde está faltando um pouco mais de articulação.

Sandra / Movimento da Mulher Negra Sim - Boa tarde. Não creio que sejam propostas, mas



recomendações, o Ketu já falou pouco sobre a questão étnica racial, que temos acompanhado ativamente na região, ele faz parte dos Servidores de São Bernardo, mas ao mesmo tempo ele faz parte da Associação chamada Posse Raulsa de São Bernardo do Campo também. Por que estou dizendo isso? Eu sou do Movimento das Mulheres Negras Sim de Santo André e lembro que a Marlene falou aqui que a questão étnica racial se inicia a partir de 2000 e pouco porque na época do primeiro planejamento não existia a questão étnica racial. Minha recomendação, na verdade são duas, uma que nós do movimento social não nos sentimos, em nome do Negra Sim e em nome de Feminina movimento de mulheres de Santo André, não fizemos parte da discussão dessa revisão do planejamento. Faltou um pouco esse diálogo com os movimentos sociais de fato. Quando falo Posse Raulsa falo São Bernardo do Campo, mas tenho outros nomes como, inclusive esses nomes o Consórcio tem, Comunidade negra campanário de Diadema, Fórum estadual de mulheres negras, Sindicato dos funcionários de educação do estado de São Paulo, SIFUSE Santo André, não estou falando Sindicato dos metalúrgicos do ABC porque é um documento que entregamos no Consórcio, Movimento das mulheres negras de São Caetano do Sul, Movimento das mulheres negras de Mauá, Feminina, Projeto avança comunidade de Santo André e Negra Sim. O documento é uma carta convite que entregamos para o Consórcio em meados de junho/julho/07 e fizemos isso porque nós da Negra Sim temos uma meta, missão na região do Grande ABCD, trabalharmos no dia 25/07, o dia internacional da mulher afro latino/americana/caribenha e em 2007 foi nosso terceiro encontro e quem nos patrocinou foi a prefeitura de Santo André. Fizemos uma carta convite para o Consórcio e falo isso porque quando a Zola fala da questão étnico racial, me reporto também que anterior a 2000, em 1999, isso já era discutido na região, mais precisamente em Santo André. A OIT fez um trabalho na região do Grande ABC em todos esses períodos que veio a culminar no GRPE que foi feito dentro do Consórcio, no qual saiu uma revista em 2005. O Ketu fala da transversalidade, matricialidade, não sei o que é, mas que perpassasse por todos os EEs, em seus sete eixos, de suma importância, não só a questão étnica racial mas de gênero, não dá, não dá para deixar passar porque já é estruturante dentro do próprio Consórcio onde existe o GT que têm acompanhado e discutido muito na região, e pode ser que algumas pessoas aqui não conheçam mas participando do fechamento daquela revista em 2005, não dá mais para dizer que a questão não é prioritária, assim como criança é prioridade um, a questão étnica racial indígena também é prioridade um e eu queria que de fato todas as ações de médio, curto e longo prazo, Zola dentro do GRPE para que ele se concretizasse existiam as metas de curto, médio e longo prazo, sendo curto prazo 2004, médio até 05-06, e longo 2007, e uma das metas era o levantamento da população afro descendente na região, que era um banco de dados. Então temos um histórico imenso sobre essa questão e que, por favor, tem que perpassar todos os eixos. Obrigada.

David - A Sra. Miltes Carvalho da Instituição Assistencial Bem-bem deixou uma carta com os indicadores e vou remeter para os encaminhamentos devidos. Terminadas as inscrições, queria fazer o pedido de desculpas para o Edson, fiquei preocupado com o tempo, era no sentido de tanto como tinha escutado do Joel de um grupo em andamento, e ai fiquei com a preocupação que ficassem remetendo as coisas que já estavam em andamento e, portanto em discussão, inclusive o que você falou é bastante importante, porque há um movimento inclusive na abertura do encontro regional, estive lá inclusive com o prefeito, onde foi feito o pedido que fosse incorporado na discussão GT Juventude, onde foram tirados delegados que estão indo



para Brasília e tal, já assumimos o compromisso lá que estaríamos tirando os encaminhamentos para fazer essa incorporação e quem vai fazer essa gestão desse processo é o grupo GT Juventude. Queria registrar e agradecer a participação de todos e dizer, em nome do Consórcio, enquanto instituição, de como foi a metodologia de envio dos questionários, principalmente para quem fez menção da pouca participação da Sociedade Civil e dos movimentos sociais. Pegamos nosso cadastro, o prefeito foi eleito dia 11/02 e pedi o levantamento dos cadastros que tínhamos, entreguei para os Assessores dos prefeitos no Consórcio e pedi para que eles atualizassem para termos um cadastro regional com as entidades que representassem o Grande ABC e seus municípios, e aguardamos o retorno, criamos o cadastro e enviamos, e no primeiro momento, do cadastro que foi enviado para nós, me lembro do número de 70, é isso Regina? Não conseguimos o contato com 70, então vou pedir a gentileza de que vocês nos atualizem, a relação que mandamos já esta no site, não é Thiago? Está só para quem entra com a senha, vou prometer que coloco no site a relação das entidades que tem disponível e vou informar quanto tempo leva para trabalhar e atualizar esse cadastro, porque eu tenho que trabalhar com a informação que tenho, então peço para vocês ajudarem a atualizar o cadastro e a partir daí as informações serão enviadas para esse cadastro. Posso contar com todos nesse sentido? A carta que foi enviada não conheço, mas vou procurar, o prefeito João Avamileno, vou procurar e daremos a resposta sem dúvida. O site é www.consorcioabc.org.br, inclusive estamos reformulando o site.

Sandra - Nós entregamos a cópia novamente para o GT Gênero e raça. Inclusive queremos discutir a Primeira Conferência de igualdade racial.

David - Se está na mão de GT está na mão do Consórcio e articulamos. Faremos a discussão. Obrigado. Vamos ao encaminhamento? Só lembrando de agradecer mais uma vez ao Senac. No site, aliás, temos um taquígrafo registrando toda a reunião de hoje e me comprometo a atualizar o caderno com a informação de hoje e disponibilizar para as entidades que participaram. Outra coisa, o prefeito está chegando e tivemos um compromisso dele fazer o encerramento entregando o documento. Alguns dos números que passaram por aqui hoje, 200 pessoas participando e depois da volta do café 90, e colocamos na sistemática a eleição das prioridades, em termos da dinâmica e da apresentação, do pessoal que está nos assessorando tecnicamente, tivemos uma conversa rápida e achamos que dessa proposta de encaminhar as ações, programas e os sistemas, incorporando aos GTs, pelo site já temos agenda e divulgamos a cada duas semanas fazendo a atualização na sexta, e nesse momento podemos fazer o seguinte, com o link GT já colocando todas reuniões que temos agendada para o próximo mês e nesse sentido, e mais uma coisa, além da data, colocar também telefone e endereço eletrônico do coordenador do GT, até para podermos acertar o local que será, e é só fazer a inscrição no GT e nos articulamos no Consórcio para dar conta do encaminhamento. As ações que foram colocadas, dentro dessa metodologia, dentro das discussões do GT, fazer a eleição das prioridades por temas, temos a discussão agora que o Ronaldo colocou, da incorporação de três eixos estruturantes, ele saiu? Depois conversei com ele, é uma proposta bastante ousada, e precisamos amadurecê-la. Como estão registradas as intervenções, e como ficou latente a questão da participação aos movimentos sociais no envio do questionário, nós teríamos as prioridades, pelo que foi colocado aqui, como capenga ou deficitária, e gostaria de repactuar que nesse processo de discussão, abrindo para as novas entidades, que não foram contempladas nesse momento, e Ronaldo, você me ajuda a pensar como podemos trabalhar isso por tema, acho que poderia ser legal trabalhar por palavra chave, incorporando as novas



propostas, alimentando os GT por seus coordenadores e poderemos ter talvez um processo de discussão melhor encaminhado. Pode ser?

Maria Helena - O combinado era hoje, certo? Como não vai dar para apresentar o documento do Seminário, se você vai abrindo para mais propostas nunca vamos terminar.

David - Não. O processo de planejamento é contínuo. Temos uma fotografia do momento, das entidades para as quais enviamos, não estamos desprezando essas informações que chegaram, pelo contrário, elas estão incorporadas e estamos trabalhando isso em um banco de dados e dentro do grupo podemos definir, identificando as prioridades de cada grupo e a proposta colocada por uma entidade pode ser assemelhada a uma outra, ou pode ter outra dimensão e no GT você tem espaço maior para o debate, com discussão não só qualitativa, mas da eleição da prioridade, e a gente já vai com data marcada em relação a essa discussão. Estamos apenas abrindo para o pessoal que não foi contemplado e segundo o que foi registrado aqui para eles poderem também participar. Isso não vai ficar aberto indefinidamente apesar de ser um processo contínuo. Estabelecemos um prazo de para que se incorporem e mandem o cadastro, enviamos o questionário e damos um prazo, de uma semana, talvez dez dias, e recebendo retroalimentamos o sistema informando vocês pelo GT.

Maria Helena - Por que não apresenta o documento para o Conselho dos prefeitos?

David - Nós definimos que no curto prazo vamos transformar isso em ações. As ações que foram colocadas, veja, por exemplo, as de educação, em segundo vem mobilidade e transporte, depois segurança, se eu pegar só a palavra educação terei várias entidades que deram uma versão diferente com relação à educação e se falarmos agora para elegermos a prioridade, o quórum já está se esvaindo, as pessoas estão com fome, além de não conseguirmos qualificar no sentido de legitimar nossa votação, teremos uma discussão técnica no sentido do encaminhamento educação, então o que legitima é a oxigenação da Câmara, a retomada, com a proposta do calendário, já está marcada reunião para 24/04 às 16:30 e antes dessa reunião como estou dizendo para vocês, temos a agenda de cada GT para cada EE, na proposta que a senhora fez, pode dentro do GT pertinente levar essa discussão, fazer a defesa, refinar a discussão fazendo a leitura das prioridades desse termo e dia 24 o grupo vem e apresenta e temos a proposta de encaminhamento do grupo, o professor Luiz Roberto vai nos acompanhar nesse processo, como falamos, com ações, programas e sistemas e nesse sentido, a de 29/05 será um encontro na Metodista para o balizamento que nesse movimento de ir aos grupos e fazer essa discussão por mês, é o que vai dar conta efetivamente de nossa proposta de planejamento.

Sim, continuamos, e se não, fazemos a releitura e repactuamos para novo encaminhamento a partir daí. Entendeu? As ações práticas de qualquer forma não param. O processo é contínuo. Na segunda quinzena de abril, por exemplo, temos um pedido de audiência com o governador para tratar das alças de acesso, foi o que apareceu aqui também, do Rodoanel.

Maria Helena - Quer dizer que dia 24 mandamos para fazer a síntese...

David - Vamos apresentar os resultados inclusive com as defesas pelo GTs.



Maria Helena - E preparar o documento para entregar...

David - Se o grupo conseguir o consenso do documento ele vai estar pronto. Depende da discussão dentro do GT. Nós iremos repactuar, é isso que estou dizendo. Qual a sua proposta?

Maria Helena - Dia 24/04 estaremos com essa síntese pronta, que era para ser hoje, não foi feita e tal, as outras entidades vão apresentar, para dia 24 apresentar porque se não só fica prorrogando e vai acontecer novamente o que aconteceu nesses anos todos aí, então vamos fazer algo mais prático e objetivo.

David - Eu estou tentando ser prático e não sei se estou conseguindo me fazer entender. Saímos daqui, com um compromisso, de colocar à disposição no site do Consórcio a relação das entidades que temos, a entidade que ver que está errado entra em contato para atualizarmos, como aquela senhora que falou dos movimentos que não estão incorporados, é o momento de atualizar o cadastro, quer dizer, se trata de uma questão de prazo, semana que vem dia 08 é aniversário de Santo André, aliás parabéns, até a semana que vem temos que ter o cadastro atualizado. Vamos fazer assim, atualizamos o cadastro até sexta-feira que vem, todos têm essa incumbência de avisar a todos para entrar em contato com o Consórcio para atualizar, na segunda-feira mandamos o questionário para as entidades que não receberam, qual o prazo que damos? Uma semana? Tem até sexta-feira para responder e na outra segunda-feira tabulamos, seria dia 21, Ronaldo, Sinoel e Marcelo, dá tempo para apresentar dia 24 tudo sistematizado? Dá tempo, então dia 24 apresentamos. Da Agenda 21 prefiro fazer essa discussão em particular, e se a Regina puder me auxiliar, eu não conheço o tema na totalidade, precisa conhecer na totalidade para ver onde se encaixa, mas se você puder fazer uma conversa com a Regina, impacto global? Então cabe em tudo, não é prefeito? Fica para você fazer dentro do GT, por favor.

Participante - Dá para disponibilizar o acesso ao questionário quando a entidade for atualizar o cadastro ?

David - O questionário inclusive já está no site, se a entidade já quiser pegar. Está bom? Dia 24 apresentamos. Prefeito, em linhas gerais, não vamos conseguir entregar o documento síntese hoje porque apareceram novas propostas e novos encaminhamentos, e em cima desse calendário vamos fazer uma discussão, o professor Luiz Roberto apresentou uma proposta no eixo educação e incorporamos isso como estrutura para o planejamento, no curto prazo trabalhamos com ações, médio programas e longo com sistemas, e nesse sentido as contribuições que vieram e vierem irão para dentro dos GTs, com as respectivas discussões e dia 24/04 fazemos uma releitura disso e ficamos em um processo vivo de planejamento e faremos no meio do ano lá na Metodista o acompanhamento com o professor Luiz Roberto e além dela o IMES e a Uniabc também se incorporando nesse processo, faremos a reunião da coordenação técnica desse planejamento, no meio do ano faremos um balizamento para saber se estão sendo atendidas as prioridades, ou que caminho tomamos, para fechar no final do ano com o Seminário internacional. Então passo a palavra ao prefeito para os agradecimentos e agradeço a todos que ficaram até o final.

Prefeito de Santo André João Avamileno - Rapidamente, para quem chegou depois que saí



boa tarde, agradeço a presença de todos, principalmente os que ficaram até agora, mas acredito, apesar de não ter participado das discussões, porque vocês também puderam participar com mais tranquilidade, e esperamos que os objetivos do Grande ABC nesse nosso Seminário de replanejamento do planejamento regional tenha sido muito bom, conversarei ainda com o David verificando os próximos passos para que possamos de verdade investir em ações possíveis ainda esse ano das discussões que vocês fizeram aqui. Muito obrigado pela presença, bom final de tarde e ótimo fim de semana para vocês.

* * *